

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Análise Histórica e Social do Conflito e da Instabilidade Política na Guiné-Bissau e suas Configurações (1980-2019)

Tamilton Gomes Teixeira

Mestrado em Sociologia

Orientador(a):

Doutora Clara Carvalho, Professora Associada, ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

Dezembro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Análise Histórica e Social do Conflito e da Instabilidade Política na Guiné-Bissau e suas Configurações

Tamilton Gomes Teixeira

Mestrado em Sociologia

Orientador(a):

Doutora Clara Carvalho, Professora Associada, ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

Dezembro, 2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus ancestrais de *baraca* de fanado de Bolama. Aos meus pais pelo apoio de sempre. À minha orientadora Prof. Clara Carvalho por tudo que em mim desperta, pela sua compreensão todas as vezes que não pude cumprir calendário por conta dos meus apertos para me manter em Lisboa, razão pela qual as possíveis imperfeições deste trabalho são apenas minhas. Aos colegas, Armando, Trindade, Vanita e Babiro que me acompanharam nesse árduo caminho, novo desafio, num país que me ensinou muito mais que o mestrado. Ao meu tio Evanildo, a minha amiga Neya.

À minha prima Libania, que me ofereceu teto enquanto procurava uma casa para alugar. Fico grato! À minha irmã Tanelisia e Tania, por tudo. Ao Tony Tchecka, pela amizade, carinho, inspiração e por me ter ensinado sempre e a cada conversa sobre a Guiné.

À minha parceira, Siozimila, responsável por eu não ter desistido, por todas as vezes que me confortou com um simples “são fases”, durante esse tempo em que se dividiu em pai e mãe para a nossa pequena Egypcia. Mas, sobretudo, por me compreender como ninguém, mesmo quando não sou palavra.

Ao Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL, a todos os professores junto dos quais pude sentir a necessidade e desafio de querer aprender e conhecer cada vez mais.

Deixo aqui a minha gratidão!

RESUMO

São vários os estudos em forma de relatório a tentar dar explicações sobre as raízes e motivações do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau. É nesse sentido que a UNIOGBIS atuou todo este tempo com a sua missão, que termina em dezembro de 2020 sem, podemos dizer, cumprir o seu principal desafio, que era estabilizar politicamente a Guiné-Bissau. A ONG Voz de Paz elaborou um importante documento sobre as causas do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau em que estiveram envolvidos atores políticos, sociais, líderes religiosos e organizações não governamentais, ofereceu um conjunto de explicações para o conflito na Guiné-Bissau. O país conheceu uma das suas principais crises políticas nos anos que se seguiram à publicação desse relatório. Este cenário de conflito e instabilidade política foi considerado como a principal causa da fragilidade do Estado guineense por diversos autores. Outros analistas acrescentam a má gestão de todo o processo governativo e o quadro violento de luta de libertação nacional, a incapacidade das sucessivas elites políticas, os problemas étnicos entre micronações, a instabilidade permanente que acaba por fragilizar o Estado da Guiné-Bissau, tornando-o permeável à pressão exercida pelos narcotraficantes. Este quadro geral lança ao país o desafio de construção de uma nação forte, através de instituições políticas eficientes e uma efetiva inclusão das mulheres no processo da decisão política.

Palavras-Chaves: Guiné-Bissau, Estado-Nação, Etnia, Conflito, Instabilidade Política

ABSTRACT

There are several studies trying to explain the roots and motivations of the conflict and political instability in Guinea-Bissau. The main peacebuilding actor in Guinea-Bissau, UNIOGBIS is about to end its mission in December 2020 without having accomplished its main challenge, which was to stabilize politics in Guinea-Bissau.

The NGO “Voice of Peace” elaborated an important document on the causes of the conflict and political instability in Guinea-Bissau in which political, social actors, religious leaders, and non-governmental organizations were involved. It offered a set of reasons for the conflict in this country, that also apply to the main political crises in the years that followed the launching of this publication. This scenario of conflict and political instability was considered the main cause for the fragility of the Guinean State. It adds to other problems such as the poor management of the entire governmental process and the violent framework of armed struggle for national liberation, the incapacity of successive political elites, the ethnic problems among micro nations, the permanent instability that ends up weakening the State of Guinea-Bissau, making it permeable to drug trafficking.

These are the challenges faced by the Guinea-Bissau government while trying to build up a strong nation, through efficient political institutions and an effective inclusion of women in the political decision-making process.

Keywords: Guinea-Bissau, Nation-State, Ethnicity, Conflict, Political instability.

ÍNDICE

.....	I
.....	I
.....	I
.....	II
.....	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE	VI
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	VIII
INTRODUÇÃO	1
QUESTÕES DE PARTIDA	2
METODOLOGIA	3
CAPÍTULO I	4
CONTEXTO NACIONAL.....	4
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	8
<i>DINÂMICAS E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ- BISSAU</i>	11
<i>GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ-BISSAU E RESISTÊNCIA À PRESENÇA COLONIAL</i>	12
CAPÍTULO II	14
PAIGC NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	14
GUINÉ-BISSAU E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO	21
<i>PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO (que/quais base social do apoio sustentaria o novo estado?)</i>	23
<i>OS PRIMEIROS SINAIS DA CRISE DO NOVO ESTADO E GOLPE DO ESTADO DE 1980 (RUPTURA GUINÉ-BISSAU VS CABO-VERDE)</i>	24
CAPÍTULO III	26
DA NATUREZA DOS CONFLITOS E INSTABILIDADE POLÍTICA EM ÁFRICA.....	26
CARACTERÍSTICAS E DINÂMICAS DO CONFLITO E DA INSTABILIDADE POLÍTICA	30
CAPÍTULO IV	33
ESTUDO DE CASO	33
CARATERIZAÇÃO DO CONFLITO E DA INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
ANEXOS	49
GUIÃO DE ENTREVISTA	49
ENTREVISTAS.....	51
<i>Lesmes Monteiro:</i>	52
<i>Fodé Mané:</i>	52

<i>Padre Domingos Cá:</i>	53
<i>Nelvina Barreto:</i>	53
<i>Domingos Simões Pereira:</i>	53
<i>Luís Petit:</i>	53
<i>Carlos Vaz:</i>	54
<i>Zinha Vaz:</i>	54

FIGURAS

Figura 1.1. Mapa da Guiné-Bissau-----	
5	

QUADROS EM ANEXO

Quadro A1. Informação sobre os entrevistados-----	
50	

OUTROS ANEXOS

ENTREVISTAS-----	52
Lesme Monteiro-----	53
Fodé Mané-----	53
Padre Domingos Cá-----	54
Nelvina Bareto-----	54
Domingos Simões Pereira-----	54
Luís Petit-----	55
Carlos Vaz-----	55
Zinha Vaz-----	55

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

BM - Banco Mundial

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental

CPLP - Comunidades dos Países da Língua Português

ECA - Comissão Económica para África

FMI - Fundo Monetário Internacional

INEP - Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa

ONU - Organizações das Nações Unidas

PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PAIGC - Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-Verde

PAICV - Partido Africano para Independência de Cabo-Verde

SFI - States Fragilities INDEX

UA - União Africana

UEMOA - União Monetário e Económica de África Ocidental

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UNIOGBIS - Escritório Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau

INTRODUÇÃO

Com a proclamação da independência em 24 de setembro de 1973, o Estado da Guiné-Bissau, por conta da sua ancoragem ao ex bloco socialista e países de pendor socialista, acabaria por se fundar, enquanto país, com uma estrutura económica planificada, nos moldes marxista e leninista (Cardoso 1996). O país era novo no cenário internacional enquanto um Estado soberano e autónomo, mas tinha já problemas de várias ordens, as querelas internas estavam ainda para serem saneadas (LOPES, 1988). O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) não tinha resolvido propriamente os problemas que acabaram por se revelar nos primeiros anos da criação da República (Augel 2007). O fato do país ter chegado à independência sem o ideólogo de todo o processo de libertação nacional, acabaria por se constituir um dos problemas que fragilizou o processo da edificação do Estado (Lopes 1988, Soares2010). O problema da liderança (disputa do poder) e o problema do protagonismo acabaria por ser um outro mal a castigar seriamente a Guiné-Bissau (Nóbrega 2001). Passa-se a viver de conflito em conflito neste país. Quando a Guiné-Bissau ascendeu à condição dum Estado, tinha poucos recursos humanos e capacitados para fazer face aos desafios que teria pela frente, o país não contava com mais de 20 licenciados (Cardoso 1996). Já a partir dos finais dos anos 80, a Guiné-Bissau deu início ao processo de adesão aos planos das políticas económicas neoliberais inscritas no quadro do programa de “Consenso de Washington” por conta de crises e dificuldades económicas. O país tornou-se independente em setembro de 1973, mas em outubro de 1974 o mundo conhecia a chamada “crise das OPEPs - organizações dos países exportadores do petróleo, crise de tal magnitude e dimensão internacional que acabaria por ter forte impacto nas economias globais e, principalmente, nas economias ditas periféricas (Amin 1984), como foi o caso da Guiné-Bissau. Crises advindas do processo da luta armada de libertação nacional, acrescidas à luta pelo poder na Guiné-Bissau, vão dar início a um ciclo de conflitos, levantes e assassinatos no país até aos dias de hoje.

O golpe de Estado de 1980 assinala melhor o quadro de sucessivos conflitos que a Guiné-Bissau viria a conhecer no pós-independência caracterizado de diversas razões. Para Carlos Lopes (1988) o golpe de 80 seria apenas uma espécie de eclosão dum projeto de Estado e início dum ciclo de instabilidade e conflito permanentes. A Guiné-Bissau do pós-independência e pós-abertura democrática tem inscrito, no seu histórico, uma estatística de levantes, insurgências, espancamentos, etc., que acabaram por transformar o país num

Estado de permanente instabilidade por conta dos momentos mais tensos que o país vivenciou desde o golpe de 1980. Foi o caso de 17 de outubro (assassinatos sumários), o golpe militar de 07/06/1998 liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, então responsável e chefe das forças armadas guineenses. A África subsaariana tem no seu histórico um conjunto de processos de conflitos, uns com processos de guerras civis e permanentes levantamentos, caso do Níger, Serra Leoa, etc. Outros com conflitos, por vezes, considerados de baixa intensidade, caso da Guiné-Bissau, que sempre é tida como tal. Os governos não terminam a legislatura, José Mário Vaz foi o primeiro presidente eleito a terminar o seu mandato, ainda que de maneira fatigante. O sistema político ficou débil de tal forma que as Instituições do Estado não são propriamente respeitadas e, nessa situação, a Guiné-Bissau é tida como um país frágil, instável, de risco e em permanente conflito. Por esta razão, o Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) vem apoiando no processo de busca pela estabilização do país, ajudando em vários domínios, como a questão do narcotráfico, que hoje melhor caracteriza este país. Fazem-se processos eleitorais e não se sabe se acabarão, com uma justiça totalmente desacreditada, razão dos assassinatos de altas figuras do Estado, como Nino Vieira (ex presidente) e Tagme Na Waie (ex chefe de estado maior) ficarem impunes. Este conjunto de cenários, crises e instabilidade sem fim, fazem com que a Guiné-Bissau seja vista sempre como um país de conflito, ainda que de pouca intensidade, mas consegue estagnar os processos vitais para um país de imensos atrasos e precariedade. Todo este cenário tem-se agudizado ultimamente, na medida em que as últimas eleições (presidencial e legislativa de 2019) foram marcadas pelo discurso com base na solidariedade étnica e religiosa.

QUESTÕES DE PARTIDA

A presente dissertação debruça-se sobre as causas estruturais da instabilidade política na Guiné-Bissau e pretende responder às seguintes questões:

1. Quais as causas do conflito endémico e da instabilidade política na Guiné-Bissau?
2. Como se caracteriza o conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau?
3. Que aspetos caracterizam melhor todo o cenário de conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau?

HIPÓTESES

1. O cenário de permanente conflitualidade na Guiné-Bissau pode/deve ser visto a partir da constituição histórica da sua sociedade num território que sempre foi marcado pelos conflitos. Será uma herança histórica.
2. O cenário de conflito e de instabilidade política na Guiné-Bissau pode ser obviado por instituições políticas e estatais capazes e eficazes.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Para a presente dissertação do mestrado em Sociologia, pretende-se procurar conhecer da melhor forma e aprofundada as raízes e bases fundacionais dos conflitos e da instabilidade política constantes que têm caracterizado a Guiné-Bissau.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar e compreender o histórico do conflito e da Instabilidade Política na Guiné-Bissau.
2. Compreender os cenários que caracterizam melhor o conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau.
3. Compreender as características principais da instabilidade política na Guiné-Bissau

METODOLOGIA

Neste trabalho propomo-nos compreender o significado histórico e social do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau. Optámos por utilizar uma metodologia qualitativa incluindo pesquisa documental e entrevistas a atores políticos e académicos guineenses. Para Laurence Bardin (1977) e Raimond Quivy (1998) as metodologias do trabalho científico devem estar profundamente ligadas com a realidade que pretendemos e desejamos estudar e ter a capacidade de traduzir estas realidades ou fenómenos. Reconhece-se, desde logo, que a metodologia desenvolvida no âmbito das Ciências Sociais tem de se adaptar a realidades híbridas e complexas, como é o caso de muitos

Estados africanos. Carlos Lopes (1988), guiado por esta constatação, realça a necessidade de se pensar uma metodologia especializada em África, por conta da própria realidade do continente que, por vezes, muitos não entendem. Uma análise apressada, por exemplo, das relações sociais e dinâmicas de classe à luz duma grelha de análise ocidental pode ser fatal para uma boa investigação nesses contextos (Sangreman 2019). Procuramos assun criar um diálogo metodológico capaz de permitir uma investigação adequada à nossa pergunta de partida.

Realizámos, ao todo, dezasseis entrevistas, mas utilizamos apenas oito, por que duas das nossas entrevistadas assim o solicitaram. Uma das entrevistadas era uma responsável da Polícia Judiciária e esteve na posse do dossier que levou à prisão de oficiais militares pela DEA. Outra ocupou recentemente o cargo de Ministra de Justiça, sendo dignatária durante a operação que levou à maior apreensão de droga do país em 2019. Por outro lado, algumas entrevistas ficaram com péssima qualidade e inaudíveis¹.

CAPÍTULO I

CONTEXTO NACIONAL

O atual território da Guiné-Bissau confunde-se, de acordo com Carlos Lopes (1987), com o do antigo reino de *Kaabu (roda pé)*. À luz, tanto da sua mais antiga história, como dos acontecimentos recentes, a atual Guiné-Bissau é um espaço territorial complexo onde vários grupos étnicos se cruzaram ao longo da história (Lopes1988, Monteiro 2019), com demarcações próprias e características identitárias, culturais e religiosas diversas.

A Guiné-Bissau conta com mais de 30 etnias e configura-se em cinco grandes grupos étnicos espalhados em diferentes regiões do país, compondo o seguinte cenário: Os Fulas correspondem à etnia com maior expressão no país (28,5%). Seguem-se os Balantas (22,5%) e Mandingas com 14,7%. A população pertencente à etnia Papel corresponde a 9, 1% e a pertencente à etnia Manjaco corresponde a 8,3%. As pessoas pertencentes às etnias Nalu, Saracole e Sosso correspondem a proporções abaixo de 1%. (INEC 2020)

Figura 1.1. Mapa da Guiné-Bissau

¹ Tinha planejado viajar para Bissau para realização das entrevistas e redação da dissertação, mas com a situação de pandemia, não foi possível.



Fonte: <https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>

Banhada pelo oceano atlântico, na costa ocidental da África, nos paralelos 13 e 15 do estuário sudanês, abaixo da linha do Equador, faz fronteira terrestre com o Senegal e com a República da Guiné (Conacri), com os quais partilha uma herança histórica e cultural, em momentos e fases/contextos diferentes. Com 36.126km, com menos de dois milhões de habitantes (Banco Mundial 2019), a Guiné-Bissau comporta, no seu território, vários grupos étnicos e religiosos, incluindo duas religiões monoteístas (cristianismo e islamismo), consequência tanto da presença colonial europeia como do período da expansão do antigo império do Mali, o qual exerceu uma forte influência em toda a África Ocidental (Lopes, 1988, Augel, 2007, Monteiro, 2019). O espaço da atual Guiné-Bissau corresponde, maioritariamente, ao território do antigo reino do Kaabu (1537-1867), subsidiário do império do Mali, que foi conquistado pelos Fula do Futa Jalon (atual República da Guiné) no final do século XIX. As fronteiras da atual Guiné são ainda o resultado da decisão arbitral da conferência de Berlim (1884-188), (AUGEL, 2007). Foi a partir desse período que se fizeram as concessões territoriais entre Portugal e França (Mendy 1999, Monteiro 2019), quando Cacine ficou sob a administração portuguesa e Ziguinchor sob a administração francesa. Note-se que este contexto de fronteiras artificiais e alteração das dinâmicas sociais e políticas é apontado como a principal causa dos conflitos e instabilidade nessa região por vários estudos e pesquisas sobre a zona

habitualmente designada de *Senegambia*. Carlos Lopes (2020) retoma o processo *fronteiralização* da África no seu último livro, quando questiona a imposição do modelo do Estado ocidental e toda a sua lógica, que mesmo os partidos nacionalistas não conseguiram superar depois de terem alcançado a independência (Lopes 2020, p23).

Embora existissem entrepostos comerciais portugueses na costa da atual Guiné-Bissau desde o século XV, a colonização efetiva do território só se deu depois da Conferência de Berlim. As “campanhas de pacificação” lideradas pelo major português Teixeira Pinto, com o apoio de mercenários fula e mandinga, entre 1913 e 1915, conduziram à verdadeira ocupação colonial da maior parte do território, embora tenham subsistido bolsas de resistência, nomeadamente nos Bijagós (Canhanbaque) que apenas foram submetidas na década de 30. O domínio colonial somente teve o seu fim com a luta armada levada a cabo pelo P.A.I.G.C, fundado por Amílcar Cabral, no contexto das lutas pelas independências africanas².

A africanização dos espíritos constitui aspeto fundamental da filosofia política de Amílcar Cabral e toda a sua ação política. Tal africanização, passava, necessariamente, pela tomada de consciência dos africanos pelas causas africanas e, principalmente, da libertação da África de todo e qualquer tipo de dominação. Para tal, era preciso a valorização das culturas locais e o seu uso na resposta a uma ideia *eugenista e hegleniana* (Lopes, 1988, Monteiro, 2019), de que África e os africanos são desprovidos de história, da cultura e da *civilização*.

É neste quadro conceptual e contexto político que se criou e baseou a retórica da luta de libertação. Este processo conduziu à independência da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro de 1973, na localidade de Lugajole, Região de Gabu, leste de Guiné-Bissau, perto da fronteira com a vizinha República de Guiné Conacri.

Com a proclamação do Estado independente em 1973, já sem Amílcar Cabral, assassinado a 20 de janeiro de 1973, em circunstâncias nunca apuradas, Luís Cabral, seu meio-irmão, foi indicado, pelo conselho superior da luta (CEL), como presidente da

² O P.A.I.G.C iniciou, no dia 23 de Janeiro de 1963, uma luta armada, que durará mais de uma década, contra presença colonial, com várias interfaces nos contextos político, militar e diplomático. Para Amílcar Cabral, a luta armadacaracterizou-se também como fator de cultura e ato cultural (Cabral, 1978), dentro duma filosofia que ele inaugurara desde os tempos em que era estudante em Lisboa (Andrade, 1987).

República, cargo que ocupou até 14 de novembro de 1980, quando foi perpetrado um golpe de Estado pelo então primeiro-ministro, João Bernardo Vieira³.

Administrativamente, o país está dividido em oito regiões acrescidas do Setor Autónomo de Bissau, capital administrativa e política do país. A Guiné-Bissau faz parte de várias organizações internacionais, incluindo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, União Monetária dos Estados de África Ocidental, Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental, União Africana e a Organização das Nações Unidas. Adotou o Franco CFA (no ano de 1997) como moeda nacional, a língua portuguesa como língua oficial, sendo que a maioria da população fala crioulo e línguas locais. É um estado não confessional, embora, com notável crescimento e domínio do Islão a uma larga escala⁴.

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo (PNUD 2019, BM 2020), muitos relatórios consideram-na como altamente corrupta devido à má gestão dos fundos e recursos de que dispõe (Banco Mundial 2020). A instabilidade política tem sido o principal *handicap* no processo de materialização e efetivação de alguns projetos de reforma e viabilização do Estado. Entre golpes, contragolpes, assassinatos⁵, levantamentos e espancamentos, a Guiné-Bissau tem um historial recente que impede qualquer tipo de desenvolvimento. Os dois últimos ciclos eleitorais (eleições legislativas de março 2019 e eleições presidenciais de novembro/dezembro 2019) deixaram o país mais instável e frágil do ponto de vista institucional e de segurança⁶. São vários os

³Golpe de estado de 1980 marca a primeira crise profunda do estado guineense, marcada pela rivalidade entre grupo de Nino Vieira, um ex guerrilheiro e estratega militar do PAIGC, guineense nativo e o grupo de Luís Cabral, também dirigente da primeira linha do PAIGC, mas considerado assimilado e um pró Cabo-Verde. Uma das justificativas do golpe de 1980 (para muitos, um golpe contra os caboverdianos) tem que ver com o excesso de *caboverdianização* (*burmedjus*) do estado guineense.

FafaliKoudawo, Cabo-Verde Guiné-Bissau, da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal, INEP, 2001, pp.132-133

⁴Para Fode Mané, o erro da Igreja Católica no processo da evangelização constitui um dos principais motivos para a consolidação do Islão na Guiné-Bissau. Atualmente, o Islão tem vindo a ganhar muito terreno e cada vez mais adesão das populações, devido à penetração massiva dos fulas vindos de Guiné e outros grupos islâmicos, tendo estes movimentos transformado a Guiné-Bissau num país próximo do Islão. Embora ainda não existam números absolutos, a dinâmica da sociedade guineense aponta no sentido do domínio do Islão num futuro próximo.

⁵ Em março de 2009 o presidente da República, João Bernardo Nino Vieira foi assassinado na sua própria residência em Bissau. As circunstâncias do seu assassinato nunca foram apuradas, mas não foi assumido como golpe do estado.

Consultar::<https://www.jn.pt/mundo/assassinato-de-nino-vieira-tem-contornos-de-vinganca-1157928.html>

⁶Tendo como adversários na eleição presidencial de 2019 Domingos Simões Pereira (apoiado pelo PAIGC) e Umaro Sissoco Embaló (suportado pelo Madem-G15, partido constituído por dissidentes do PAIGC), esta

relatórios e teses que mencionam a Guiné-Bissau como *narco-Estado* ou Estado falhado⁷. O país nunca chegou a ter um governo que tenha concluído o mandato, ou seja, os mandatos não conseguem acabar, devido ao derrubar de sucessivos governos, golpes de Estado, assassinatos políticos e mesmo, como foi mencionado, assassinato do presidente da república⁸.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O sociólogo e historiador guineense Carlos Lopes⁹, em obras diversas, faz um conjunto de análises e abordagens, históricas e sociológicas sobre o processo histórico da constituição da Guiné-Bissau, que remonta aos antigos reinos africanos, nomeadamente, o do Mali, até a fase da construção da Guiné-Bissau moderna, através da luta armada. Procura assim ultrapassar a historiografia africana dominante que começa com a colonização europeia. O autor defende que a colonização europeia travou a história de África (Lopes, 1988, p.32)¹⁰.

A dominação dos povos e dos territórios foi um processo longo. Na Guiné-Bissau, a colonização efetiva e integral vai-se dar com a chamada guerra de pacificação (1913-1915) e continuar até às campanhas de Canhanbaque (Bijagós) em 1932 (Lopes, 1988. As populações nativas resistiram por muito e largo tempo à penetração colonial europeia, tendo a resistência étnica adotado formas várias¹¹.

última eleição na Guiné-Bissau foi marcada e caracterizada por tensões políticas e sociais exarcebadas, alimentadas por discursos de cunho étnico e religioso. A CNE (Comissão Nacional da Eleição) declarou Umaro Sissoco Embaló como vencedor, embora contestado pelo Supremo Tribunal de Justiça, que pediu a recontagem dos votos, pois havia atas de apuramento de votos em falta e outras com rasuras. Umaro Sissoco Embaló decidiu, no dia 27 de Março, com nítido suporte dos militares, autoproclamar-se presidente. Todo o cenário pós eleição, mergulhou, mais uma vez, a Guiné-Bissau numa situação de instabilidade política.
Ver: <https://observador.pt/seccao/mundo/guine-bissau/>

⁷Sara João Gonçalves: O estado falhado enquanto espaço de edificação do crime organizado e transnacional- O caso de Guiné-Bissau, ISCP, 2011

⁸ De 1973 a 2020, Guiné-Bissau conta com 21 governos, 34 primeiros-ministros, 11 presidentes e incontáveis governos, apenas na IX legislatura foram nomeados 9 primeiros-ministros.

⁹ Carlos Lopes é um antigo alto funcionário da ONU, onde exerceu cargos de relevo, nomeadamente assessor enquanto político de Koffi Anan, representante de PNUD no Brasil e no Zimbábue, sub-secretário geral da ONU para África. Foi fundador de INEP e presidente de conselho geral do ISCTE-IUL por 10 anos. Atualmente representa a UA em negociações com a EU e leciona em África do Sul, na Nelson Mandela School of Governance.

¹⁰ Durante a conferência de Berlim (1883-1884), fez-se a divisão de fronteiras entre povos e grupos pertencentes a mesma matriz étnica, situação que acabou por desconfigurar a dinâmica social e política dos grupos étnicos. Entre Guiné-Bissau, Gambia, Senegal e Mali, etc, pode-se encontrar os mesmos grupos étnicos e até famílias, divididos pelas fronteiras.

¹¹ Ver Carlos Lopes, “Por uma leitura sociológica de Guiné-Bissau”, Ed. ES nº2, 1988, p.236.

A divisa *Unidade e Luta* P.A.I.G.C, que visava aglutinar as etnias de Guiné-Bissau em volta da luta de libertação nacional, com a finalidade da criação do Estado-Nação *Bissau-guineense* (Monteiro 2019), fundamentou-se nas antigas rivalidades entre os grupos étnicos e a presença colonial para validar a luta do PAIGC (Lopes, 1988). Para Amílcar Cabral (1978), a nação seria forjada na luta, pelo que seria necessária a unidade de todos os grupos étnicos da Guiné-Bissau. O autor Lopes questiona a base social do apoio e a retórica simplista de unidade na luta para formar um Estado, que congregará povos que, mesmo estando num mesmo território, nunca se tentaram unir de maneira proposta pelo PAIGC (Lopes 1988, p.41)

O atual território de Guiné-Bissau teve origem, em parte, no antigo reino de *Kaabu* (Lopes 1988), um reino que resulta da expansão do império do Mali e que sobreviveu à sua desintegração no séc. XV. O *Kaabu* era uma extensão do império do Mali, liderado pelo afamado imperador Sundiata Keita, que durante séculos exerceu a sua influência em toda região:

“Ocupando o território que atualmente constitui a Guiné-Bissau, Casamance, a Gâmbia, e a região de Labé na Guiné Conacri, o Reino fundado por Tiramagham, oficial do exército do célebre Sundiata Keita, fundador do Império do Mali, parece ter resistido às intempéries mais importantes da presença colonial” (Lopes 1988, p.62)

A influência do reino do Mali fez-se sentir em todo este vasto território da África Ocidental. A sua primeira capital é Niani, a sul de atual Guiné-Bissau. A batalha de Kirina, vencida por Sundiata Keita sobre Soumaoro Conté, é considerada o marco da sua fundação no século XIII (Lopes, 1999): “(...)” o sentimento nacional mandé, que suscitava a vitória de Kirina, fazia surgir um Estado”, cuja capital seria Niani, a sul da Guiné-Bissau actual” (Lopes, 1988, p.60).

O reino do *Kaabu* era uma unidade política com a qual as autoridades portuguesas negociavam:

“Na realidade, a análise histórica mais cuidada revela-nos que os Mandingas dominaram o que é hoje a Guiné-Bissau e uma boa parte dos vizinhos através de um estado forte, durante cinco anos. Os Portugueses respeitavam o Reino de Kaabu, com quem tratavam dos seus negócios. Mais tarde, o Estado Fula do Futa-Djalon exerceu soberania nas áreas de presença colonial portuguesa...” (Lopes, 1988, p.37) O império

viria a conhecer o seu declínio por várias razões. O processo da desintegração provocaria ou desenvolveria outros processos de expansão dos povos que o integravam, nomeadamente *fulas* e *mandingas*. Estes grupos étnicos transportariam para o interior de Guiné-Bissau a velha e antiga rivalidade, nomeadamente a do império do Mali. Os *fulas* viveram boa parte da história do império do Mali sob liderança mandinga (Lopes 1988, p.16). *Fulas* e *Mandingas* juntaram-se a vários outros grupos que, por tradição, já habitavam, mais ao litoral, o território que hoje comporta Guiné-Bissau, nomeadamente Diolas/Balantas, os Manjacos/Brames/Papeis, os Beafadas/Nalus e os Bijagos/Cocolis/Pajadincas (Lopes 1988, p. 37) Ao emigrarem mais para costa ocidental da África, confrontaram-se na chamada guerra de *Kansala*, capital administrativa de *Kaabu*, em 1867 (Lopes, 1999). Esta guerra foi liderada pelos fulas provenientes do vale de Futa, liderados por Coli Tengela pai e Coli Tengela filho.

O território que hoje se conhece como Guiné-Bissau, emerge de um longo e conturbado processo de confluência de grupos com culturas e identidades diversas, que ocupam o mesmo território e espaços, entre conflitos internos e alianças, antes, durante e depois da colonização portuguesa. Para se ter uma melhor compreensão da atualidade cultural, social e política na Guiné-Bissau, é obrigatório a compreensão de determinados processos, nomeadamente as alianças e conflitos dos grupos étnicos antes e durante a configuração colonial.

É hoje reconhecido que a presença colonial em África mudou, profundamente, boa parte da dinâmica social e política dos povos autóctones, nomeadamente, a concessão de poder (Ki-Zerbo 2007, Monteiro, 2019, 2016, Lopes, 2020), uma situação que o processo da luta armada de libertação nacional viria a complicar mais (Lopes 2020). Muitos trabalhos académicos explicam um conjunto de conflitos em toda a África com base na intervenção colonial (Monteiro 2019), evocando questões relacionadas às reconfigurações étnicas, tanto durante o período colonial como pós-colonial, bem como mudanças de paradigmas e da própria lógica do poder (Rudebeck, 1974, p.78, Lopes, 2020, p.44-45). Grupos que se organizavam a partir da própria lógica e dinâmica do poder passaram a conhecer outras fórmulas do poder e de dominação. Em toda a África subsaariana encontram-se povos que vivem no mesmo território, embora com todo um conjunto de *ethos* profundamente diferentes, mas que, sob o desígnio do Estado-Nação, foram/são obrigados a conviver (Monteiro, 2019, Lopes, 2020). O mesmo sucede com as populações que têm as mesmas tradições e culturas, mas vivem separados pelas linhas de

fronteira impostas pela conferência de Berlim e, mais tarde, eternizadas, depois, das independências africanas. Podemos citar os Tuaregue na região entre Níger e Mali, ou Fula entre a Guiné e a Guiné-Bissau.

DINÂMICAS E ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ- BISSAU

A Guiné-Bissau já não conta com os mesmos grupos étnicos que tinha no século passado, devido ao processo de aculturação e de islamização. Alguns grupos mais pequenos foram agregados noutras formações étnicas, tais como *brames*, *cocóles*, *padjadincas* e *djacancas* (AUGEL, 2007; MONTEIRO, 2019). Hoje os *balantas* e *fulas* constituem maioria étnica na Guiné-Bissau, seguidos pelos *mandingas*, *mandjacus*, *papeis*, *beafadas*, mestiços e conta uma pequena população europeia (Monteiro, 2019).

Amílcar Cabral dividiu os grupos étnicos na Guiné-Bissau em duas estruturas sociais, horizontais e verticais (Cabral, 1978, p.23). Considerando que algumas etnias não tinham o que se podia designar propriamente de autoridade suprema, um chefe ou régulo, considerou que nesses grupos não existia monopolização do diálogo e controlo. Pelo contrário, nos grupos verticais, onde se encontra a figura dos chefes tradicionais, caso de grupos como *fulas e mandingas* (Cabral, 1974, p.34). Os mais representativos da sociedade horizontal, os *balantas*, não possuem a figura do *régulo*, e possuem uma estrutura baseada nas ligações de parentesco e de aliança entre *moransas*. Foi este o grupo que mereceu uma especial atenção de Cabral. Esta realidade organizacional dos grupos étnicos na Guiné-Bissau, reflete-se diretamente na forma como se deu a mobilização, em parte, dos grupos para a causa da luta de libertação nacional no país. Basta ver a forma como os *balantas* foram mobilizados no Sul, acabando por ser maioria, por conta dessa realidade, em parte (Lopes 1988, p.37).

Existe um debate depois de Amílcar Cabral, sobre o fato das sociedades horizontais terem aceitado voluntariamente participar no processo de luta por conta da sua estrutura horizontal. Carlos Lopes explica que seria uma leitura apressada do contexto e dinâmica política e histórica dos outros grupos que são de estruturas verticais, com chefes instituídos. As etnias do interior, designação de Cabral, já tinham uma tradição de resistência secular contra a presença colonial mesmo antes do P.A.I.G.C.

“E, se a participação dos islamizados na luta é diminuta, a explicação deve ser encontrada mais nos erros de mobilização-não explorar as enormes contradições de classes- do que

na tendência intrínseca das etnias horizontais à resistência colonial (ao contrário das outras” (Lopes, 1988, p.38).

Os grupos étnicos em África, pela tradição, têm formas e dinâmicas organizativas internas, por vezes, de difícil compreensão, quando se analisa a realidade social, cultural e étnica da Guiné-Bissau. De facto, nota-se de forma clara uma demarcação dos espaços (tchon) de forma simbólica entre os grupos étnicos (Augel 2007, p.87). As etnias e as suas estruturas mais tradicionais, continuam a olhar o resto do Estado como um aparelho à parte da sua estrutura organizativa, (Lopes, 1998). Para Carlos Lopes (1998) esse fato deve-se, no contexto da Guiné-Bissau, à necessidade que o PAIGC teve de se assumir enquanto um Estado que não se identifica com nenhum segmento étnico de modo a evitar a etnicização deste. (Lopes 1988, p.32.33).

Tudo indica que, para Carlos Lopes (1988), o PAIGC não soube congregar e matizar estrategicamente os grupos sociais que já existiam na Guiné-Bissau, preservando os seus *modus operandis e faciendi*. Em busca de uma nação, ignorou-se as realidades sociais e culturais dos grupos. Ricardino Teixeira (2017) recorda que os grupos étnicos já se organizavam na Guiné-Bissau bem antes do P.A.I.G.C, seja ao nível político, social e cultural, aglutinando grupos que já existiam nessa época, impondo outras formas de organização política. Todos estes grupos étnicos fizeram face à presença colonial na Guiné-Bissau como foi referido anteriormente. (Lopes, 1988, Cardoso, 2012).

GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ-BISSAU E RESISTÊNCIA À PRESENÇA COLONIAL

Estudos diversos apontam que a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau não foi pacífica e amistosa (Augel 2007, Mendy 1999, Lopes1988). Carlos Lopes aponta para alguns aspetos que caracterizam a resistência dos povos autóctones/nativos no litoral da Guiné-Bissau, contra a tentativa da dominação estrangeira. As etnias organizaram-se de formas e maneiras diferentes na resistência contra a penetração no interior da Guiné-Bissau, sendo que os Pepel no litoral, considerados povos autóctones de Guiné-Bissau, resistiram fortemente em vários momentos à colonização portuguesa (Augel, 2007, Lopes, 1988). Como lembra Carlos Lopes,

“O régulo de Intim faz massacrar alguns europeus, provocando uma guerra com portugueses, tendo este pedido o auxílio aos Franceses, Ingleses e Americanos. A guerra demorou três meses e meio, tendo terminado com um tratado de paz, que assinalado com

uma salva de vinte e um tiros. Cento e vinte dias depois, recomeçaram as hostilidades por mais alguns meses.” (Lopes 1988, p.67”)

Há vários outros registos, como a revolta dos Beafadas nas regiões de Bambadinca e Geba, as populações de Geba e Pacau também tiveram que declarar guerra à praça de Cacheu, sede administrativa de presença colonial (Lopes 1988, p.67). Com estas alusões históricas, o propósito é demonstrar o quanto não foi pacífica a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau. Assim, podemos concluir, em segurança, que a luta armada seria a continuação da resistência visando a autonomia das populações guineenses. A presença colonial em África foi marcada por um histórico de resistência em toda a África, mais tarde, com a conquista pelas forças coloniais do continente e a sua total partilha, o que deu origem ao processo da demarcação territorial do continente aos interesses da colonização, decidindo, desse modo, fronteiras e territórios aos africanos. Uma situação e realidade que muitos intelectuais tentam explicar um conjunto de (in) compreensões políticas e guerras em África, como demonstra na seguinte passagem Carlos Lopes,

“Um dos mais importantes desafios que se impõe ao continente consiste em construir estado-nação e promover uma política nacional coesa em comunidades e grupos sem uma história política e social comum, sem afinidades culturais nem contiguidade social (Lopes, 2020, p.45).

Este facto fica visível quando se olha para a realidade cultural e histórica dos povos que habitam o que hoje é a Guiné-Bissau, o Senegal, a Gambia, o Mali e a República da Guiné. A introdução de narrativas que não dialogam de forma coabitável com as estruturas de poder em África acabaram por criar vários problemas ao continente Africano (Ki-Zerbo 2007, Lopes 2020).

“Alguns países foram fiéis a um sistema multipartidário, embora com predomínio de um só partido, enquanto outros nem sequer tentaram disfarçar e mantiveram um sistema oficialmente unipartidário. Muitos foram, após a independência, empurrados para um ciclo de golpes militares e ditaduras” (Lopes, 2020, p.45)

As dinâmicas socioculturais manifestadas em termos étnicos, conseguem produzir reações fortes ao Estado-Nação, como o demonstram a realidade política na Guiné, ou o passado de genocídio no Ruanda, exemplos da lógica do Estado bifurcado em África - ou ainda extrovertido, parafraseando Mudimbe. Analisar a política, conflito, instabilidade

política em África sem levar em consideração o condicionante étnico, é quase impossível (Lopes 1988, p.34). O que não quer dizer que a própria etnia seja um problema para o continente africano como supunha Samora Machel. Pelo contrário, para Cabral (1978), a unidade dos grupos étnicos constitui a força catalisadora do progresso em África. É preciso aqui, de acordo com os autores, Ki-Zerbo (2007), Lopes (1988), olhar para os problemas e questões étnicas hoje, como agravadas pela ocidentalização dos regimes políticos em África e outros fatores correlacionados¹².

CAPÍTULO II

PAIGC NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Com o final da segunda guerra mundial e a queda do muro de Berlim, o mundo passa a conhecer e experimentar processos que mudaram significativamente as novas relações geoestratégicas e diplomáticas no mundo pós-guerra. Francis Fukuyama previa fim da História, com o derrube do muro de Berlim que simboliza o fim da era do bloco soviético. O sistema capitalista fortificou-se, permitindo a ascensão do *neoliberalismo* e a lógica de mercado (Amin 1987). Uma realidade que ocasionou várias mudanças no cenário político e económico com forte impacto a nível internacional. O fim da segunda guerra mundial é tido como um marco crucial na história da política internacional (Kissinger 2012, Cravinho 2010) e obrigou a uma nova agenda nas relações internacionais que incluiu questões como a paz, questão nuclear e o direito à autodeterminação dos povos. Não obstante os esforços de paz feitos na altura, o fato é que os principais líderes/lideranças, ou atores globais, URSS e EUA, se envolveram no conflito designado por *guerra fria* (Cravinho, 2010). Este processo foi caracterizado pelo conflito de interesses geoestratégicos, entre a diplomacia Soviética e Norte Americana, e ficou marcado por uma série de disputas políticas, militares e territoriais, nomeadamente a questão da Coreia

¹²Pode se dizer que, em África, ao exemplo de Guiné-Bissau, as etnias e povos conseguem se confluir muito mais, nos assuntos oficiais do estado, na relação burocrática, por exemplo: entre os povos *balantas*, *fulas*, *mandingas*, *pepel*, mas, culturalmente, religiosamente, socialmente, são capazes de se reservarem aos próprios espaços de interação e preservação dos legados religiosos, culturais e das respetivas sociabilidades. Talvez aqui entrava a lógica do estado bifurcado a partir de Cabaço. A lógica colonial e narrativa do estado-nação não foram forte o suficiente para suplantar os laços, afetos e unidade intra grupos étnicos em prol do estado-nação.

e corrida armamentista a *crise de míssil cubano*, durante a presidência do John Kennedy¹³. (Cabrita, 1999, p.47). A queda do muro de Berlim em 1989, que marca o fim da era soviética, teve importantes repercussões no continente africano. Os países do continente foram palco de numerosas guerras por procuração (*proxy wars*) ou de alianças baseadas em interesses estratégicos do bloco soviético e dos países ocidentais. A queda da antiga URSS fez-se sentir particularmente entre os numerosos governos que mantinham laços tanto político-ideológicos como de dependência económica com o bloco socialista, como foi o caso com a Guiné-Bissau (Cardoso 1996 pg.17).

Por que é importante compreender este processo na realização desta dissertação? O P.A.I.G.C foi criado em 1959, uma década após o fim da segunda guerra mundial e da criação da ONU. Na Assembleia Geral das Nações Unidas de dezembro 1960 (Santos, 2011, p.63-62), foi afirmado que nenhum povo deveria mais ser mantido sob qualquer forma de dominação, contra a sua própria vontade. É preciso ter em atenção que a estrutura da arquitetura política global era complexa: a estrutura da O.N.U era uma realidade que compreendia dinâmicas e interesses difusos no mundo pós-guerra, fato que obriga a uma leitura atenta desse contexto. Este processo é crucial para se compreender os caminhos e outras dinâmicas que consubstanciaram a guerra de independência nos países africanos, como na Guiné-Bissau. Para Ricardo Soares de Oliveira (2009 p.95), as pressões internacionais, nomeadamente do bloco socialista, justificam que o acesso à independência dos países africanos não tenha sido objeto de grande discussão. A criação da ONU, e, conseqüentemente, a condenação da colonização e a inequívoca vontade de terminar os processos coloniais, por razões económicas, não se encaixava propriamente com os interesses das antigas potências coloniais (Cravinho, 2015) que nunca expressaram, de forma clara, a sua posição sobre a questão colonial (Cabrita, 1999). Várias vezes o P.A.I.G.C acusou o governo de Washington de ser conivente com a barbárie e extermínio dos povos guineenses (Cabral, 1974), dando suporte diplomático e militar ao exército colonial sob presidência de Salazar. Keneth Maxwell (2007) aponta que Portugal resistiu por muito tempo em aceitar a negociação com os movimentos de

¹³ O ponto alto da tensão durante a guerra fria, foi quando a administração Kennedy descobriu a existência de bases para ensaios balísticos de mísseis nucleares em Cuba, pertencendo ao rival URSS. O ato tinha sido provocado por conta de URSS se transformar no protetor da revolução Cubana tinha acabado se triunfar, derrubando o presidente Fulgêncio Batista, aliado do EUA. Mas, porque os EUA tinham instalado também uma base militar em Turquia, o que representava ameaçava para URSS. A crise acabaria por resolvido na base de um pacto entre os EUA e URSS, ambos se retirando bases em questão.

libertação das antigas colónias em África, com a anuência dos EUA, interessados em manter a sua base militar nas Lajes dos Açores (Cabrita, 1999).

O apoio da U.R.S.S à Guiné-Bissau na guerra contra Portugal justifica-se no contexto da guerra fria. Embora os E.U.A e U.R.S.S nunca se tenham confrontado no campo militar, ambos financiaram armas aos movimentos e grupos que estavam dispostos a adotar e defender as suas ideologias/interesses e *modus operandis*, pelo que o historiador Leopoldo Amado e outros consideram este conflito uma “guerra por procuração” (proxy war) (Amado, apud, Laranjeiro, 2016, p.81).

“Esta estratégia permitiu aos norte-americanos e ao bloco de Leste travarem conflitos onde não estavam envolvidos diretamente, limitando-se a apoiar focos de insurreição em áreas importantes para afirmação da sua supremacia” (Laranjeiro 2016, p.81)

O P.A.I.G.C precisou se alinhar no contexto da política internacional para melhor poder ter aliados e, assim, poder fazer face à presença colonial portuguesa (Lopes, 1988, Cardoso, 1996). Amílcar Cabral teve que se mobilizar junto dos Soviéticos, Chineses, Cubanos, Argelinos, para obter auxílio e apoios necessários com a finalidade de organizar e lutar pela Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (Rudebeck, 1974, p.72). A questão ideológica nunca constituiu propriamente, um fator determinante dessa relação (Cabral 1978). Para Carlos Lopes, (1988), Amílcar Cabral fez questão de deixar claro a sua visão e entendimento do que deveria ser a sua luta e da forma como se deveria relacionar o P.A.I.G.C. Ao dizer que os soldados do P.A.I.G.C eram simples militantes armados, queria evitar definir-se como aliado do bloco leste ou ocidental. Defendeu que a sua ideologia era a vontade do povo em cada contexto e etapa de sua vida (Cabral, 1978).

“Amílcar Cabral aproveitou-se do marxismo. No seu pensamento, o materialismo dialético domina sobre as influências teóricas, principalmente sobre as correntes intelectuais africanas. No entanto, não encontramos uma ortodoxia marxista nem um idealismo cego. Pelo contrário, quando os jornalistas lhe perguntaram se era marxista ou comunista, Cabral convidou-os a julgarem-no pelos seus actos e não pelas suas etiquetas” (Lopes, 1988, p.169-170).

Amílcar Cabral serviu-se dos conceitos marxistas, forma e fórmulas de interpretação da sociedade a partir de Marx, mas nunca se deixou cair nos seus equívocos

conceituais, segundo afirma Lars Rudebeck (1974, p.88). Sob a direção/liderança de Amílcar Cabral, o P.A.I.G.C constituiu-se enquanto partido que congrega a ideia e desiderato de libertar os povos da Guiné e Cabo Verde do jugo colonial¹⁴:

Amílcar Cabral embarca naquilo que era a aspiração dos países africanos a partir dos anos 50 e 60- independência, países como o Gana, a Argélia, a Guiné Francesa, já podiam gozar duma soberania e autonomia políticas, o que impulsionou ainda mais a dinâmica de vários movimentos e grupos contestários à presença colonial de embarcarem no processo da luta armada para independência (Cardoso,1996).

Quando criada em 1963, a O.U.A tinha como um dos principais objectivos, lutar pela emancipação dos povos e libertação do território africano (Lopes, 2020). Se tomarmos em consideração que a luta armada na Guiné-Bissau teve o seu início em 1963, podemos pensar/concluir que Amílcar Cabral soube aproveitar o que se convencionou chamar de “ventos da independência”¹⁵.

Este conjunto de processos, seja ao nível internacional, como regional e local, demonstra como o processo da independência da Guiné-Bissau foi um processo com várias influências. Cada fenómeno do mundo pós *grande guerra*, tem que ver, em parte, com os processos decisórios em África, a criação da O.N.U, o despoletar da guerra fria, e, mais fortemente, a criação da O.U.A em maio de 1963 (Lopes, 2020).

A diplomacia exerceu um papel crucial em todo o processo da preparação e realização da luta armada na Guiné-Bissau (Carvalho2010). Portugal foi, já nos anos 70, praticamente desmoralizado na O.N.U, o início dos anos 70 foi crucial para o fim da guerra e proclamação do Estado guineense. (Rudebeck 1974). Na O.N.U, o P.A.I.G.C conseguia cada vez mais aliados à sua causa, seja do lado dos não alinhados, socialistas e granjeava apoio no próprio bloco ocidental. (Carvalho 2015, p.114).

¹⁴Tendo-se regressado à Bissau, com 28 anos de idade, Amílcar Cabral buscou se inteirar da realidade social, cultural, económica e política do seu país, ao mesmo tempo que colocou em marcha o projeto político de luta armada de libertação nacional. Tendo-se mobilizado, fortemente, os povos na zona sul, maioria *balanta*, na zona norte, mas também em Bissau; com os apoios do bloco comunista, o partido de Amílcar Cabral iniciou no dia 23 de Janeiro de 1963 a luta armada de libertação nacional, que durara mais de uma década, com enormes perdas humanas, como se espera numa guerra.

¹⁵ A conjuntura política, económica e diplomática já apontava para a descolonização dos territórios sob domínio como o caso de Guiné-Bissau. Muitos países souberam e conseguiram se tornar independente sem necessariamente ser por vias armadas. A criação da UA em 63 daria mais impulso aos chamados ventos da independência. É preciso evitar e milagres dos movimentos libertação.

Faz-se necessário, assim, conhecer e compreender os polos, os meandros e, se possível, os bastidores dos processos que levaram às independências dos países africanos, como foi o caso da Guiné-Bissau, porque não são fruto exclusivo e único do nacionalismo contestatário. O próprio Amílcar Cabral reconhece esta realidade quando fala na obra “Guiné-Bissau. Nação africana forjada na luta”, das contradições e interesse da ONU face à questão colonial (Cabral, 1974, p.32). Contudo, de forma mais precisa e pontual, Catarina Laranjeira plasma esta realidade,

“Encarada como fazendo parte da luta contra expansionismo alemão, a vitória dos Aliados permitiu uma afirmação de princípios anticoloniais que depois seriam exarados na carta das Nações Unidas de 1945. Posteriormente, a ONU preconizou o dever das potências coloniais” (Laranjeira, 2016, p.81)

O PAIGC era, nas palavras de Cabral (1974), a luz e guia do povo. Este movimento incorporou as aspirações da independência dos povos da Guiné-Bissau durante os 11 anos que durou toda a luta armada. O contexto que o mundo vivia depois das duas grandes guerras: a polarização política e ideológica entre E.U.A e U.R.S.S, fez com que a formação de alianças tomasse como base as opções ideológicas e, foi nesse contexto, que a URSS, na sua disputa com os E.U.A, decidiu apoiar fortemente os países africanos, exemplo da Guiné-Bissau (Cardoso, 1996), (Laranjeiro, 2016) na guerra contra as potências ocidentais, mais concretamente, como já exposto, anteriormente, era uma guerra ideológica e estratégica por parte da U.R.S.S, enquanto uma causa nacionalista para os movimentos de libertação. Como o P.A.I.G.C, vários movimentos independentistas, embora ancorados ao governo de Moscovo, nem sempre foram movidos propriamente pela questão ideológica, como vimos na retórica dos não alinhados¹⁶, tiveram que se assumir, na maior parte, enquanto comunistas, algo que Amílcar Cabral tentava, de forma complexa e por vezes contraditória, se afastar, dizendo que havia muita coincidência na prática e formas de ver/fazer coisas (Cabral 1974, p.39), o que não se traduzia propriamente em ser comunista.

Para o antigo presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral (2010), o debate sobre se o PAIGC era um partido comunista ou não, passa necessariamente pela compreensão do

¹⁶ Os “não alinhados” era o grupo que, no contexto da guerra fria, se diziam não estar propriamente anexados ou integrados a qualquer um dos blocos em tensão: EUA e URSS. Era integrado pelos presidentes africanos como Abdel Nasser de Egipto, Kwame Nkrumah de Gana e Seikou Turé de Guiné.

discurso de Amílcar Cabral na Conferência de Bandung, onde afirmou que se não fosse a fome, miséria e ignorância, não se teria como justificar o motivo da guerra, ou seja, não seria por razões ideológicas. Cristina Laranjeiro (2016) faz uma outra leitura de toda esta questão, desvalorizando a questão de, se Amílcar Cabral se considerava comunista ou, marxista, o fato é que, importava ao projeto comunista, era ter aliados em toda parte, se explicando de seguinte forma:

“...ainda que Cabral não se identificava como marxista- é um facto que a ajuda económica e militar soviética pressupunha também uma transferência ideológica” (Laranjeiro 2016, p.88)

Lembrou ainda que, na literatura soviética, a Guiné-Bissau está registada como um projeto inserido no quadro da emancipação dos povos oprimidos, sob orientação da URSS (Laranjeiro 2016, p.88)

A construção dos Estados modernos em África, remonta aos processos e dinâmicas *sine quon non* à compreensão de todo o processo que se vai seguir à afirmação dos Estados até a presente data. Porque se remete aos anos 60 como o ano da África? Por ser o ano em que a África teve um conjunto dos seus países independentes da dominação colonial. Amílcar Cabral (1974-1978) defendia que não se podia falar dos anos 60, celebrá-lo, sem analisar todo o cenário e aspetos negativos da revolução africana. Deve-se estar de acordo com Cabral, mas é preciso ir mais longe nessa sua reflexão, para dizer que, de forma a melhor se analisar o contexto das independências africanas que sacudiam os anos 60, é preciso também, como parte fundamental, indispensável, analisar a guerra fria, a sua influência em todo o processo (Laranjeiro, 2016).

Portugal no âmbito do bloco e da aliança imperialista, sempre alinhado à política externa norte-americana (Cabrita, 1999), era um modelo de colonização que contava com o apoio do capitalismo internacional, suportado pelos E.U.A e seus interesses geoestratégicos, enquanto pelas vias da descolonização, a então URSS, países do leste europeu e Ásia, guiados pelos ideais de socialismos diversos, suportavam a luta pela descolonização em África (Laranjeiro, 2016), (Monteiro, 2019). Estas lutas encontravam/faziam eco e força na O.N.U, como já colocamos, na altura, o cenário já era favorável à descolonização, pelo próprio interesse da ONU. Quando se diz que a conjuntura internacional era favorável às independências africanas, incide-se basicamente

nestas justificativas e processos decorrentes do fim da segunda guerra mundial e vitória dos aliados (Oliveira 2009), (Cravinho 2010) (Laranjeiro 2016).

A O.N.U compreendia que era preciso e necessário, estrategicamente, anexar a questão colonial no processo da derrota do projeto ultranacionalista alemão (Laranjeiro2016, p.88) e, também, evitar os problemas que a lógica da colonização poderia acarretar à ONU e aos seus interesses no novo mundo. Por estas razões, Portugal, a partir dos anos 70, começa a ver a sua política do projeto colonial em perigo e constante fragilização- os bloqueios e censura à presença e insistência de Portugal em África, colocava a diplomacia americana e os seus interesses no novo mundo em causa, (Cabrita, 1999) razão pela qual os EUA acabaram por se demarcar da questão colonial (Lopes 1988),(Augel2007) e (Carvalho 2015).

À medida que Portugal começou a ficar isolado na O.N.U, de acordo com Lopes, (1988) o PAIGC seguia colecionando aliados para a sua causa. Ancoragem ideológica, ainda que seja uma estratégia de mobilização dos recursos por parte do P.A.I.G.C, seria melhor compreendido na forma como o próprio P.A.I.G.C montou a arquitetura do Estado Guineense pós-independência. Por conta de toda a relação desenvolvida ao longo da mobilização para a guerra, o PAIGC acabou por assumir a criação do Estado guineense, como reclamara, dotando-o de aparatos socialistas do estado de pendor leninistas, de acordo com Carlos Cardoso (1996) e Carlos Lopes (1988, p.33).

“Após a conquista da independência política em 1974, a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista, embora o P.A.I.G.C, partido que conduziu vitoriosamente à luta de libertação nacional contra o colonialismo português, nunca tivesse inscrito no seu programa, como fizeram os seus companheiros da luta de Angola e Moçambique, a construção do socialismo científico como uma meta a atingir (Cardoso, 1996, p.15).

Conquistada a independência unilateral, a partir de 1973, ou reconhecida por Portugal em 1974, os povos da Guiné-Bissau, nas suas várias diversidades, passaram a existir em forma de povo da Guiné-Bissau, forjado a partir da luta de Amílcar Cabral, a existência do Estado não garantiu logo a existência da nação, ainda que Cabral acreditasse que a luta poderia consubstanciá-la.

GUINÉ-BISSAU E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

As dinâmicas que levaram à formação do Estado-Nação em África para autores como Ki-Zerbo (2009), Cabaço (2018), explicam, em boa parte, o espectro do conflito em África, com a lógica da disputa do poder, porque, se nas estruturas étnicas e nas suas relações sociais, os mecanismos de ascensão ao poder e sua partilha estão bem definidos, o mesmo não ocorre no quadro do Estado-Nação. Este, em boa parte, o modelo ocidental, assume/tem suas peculiaridades em relação às dinâmicas do poder, democracia e lógica da democracia representativa, é uma das suas características, por exemplo. No livro “Compasso de espera”, Carlos Lopes (1997, p.129-130), considera errática a forma pela qual se deu o processo de construção do Estado-Nação em África, e a adesão desta às narrativas e modelagens ocidentais sem os terem propriamente assimilado previamente, como o caso da Democracia. Como posto, a contradição do Estado-Nação reside, basicamente, na questão da identidade (etnia), do poder e sua partilha, mas, centra-se ainda, na forma e desafio da relação sob um mesmo desígnio, os povos que nunca tiveram propriamente alguma forma de relação social ou cultural (Laranjeiro, 2016).

A grande questão que se passou a colocar, no quadro da independência, passou a ser: quem de fato deve governar o Estado-Nação?

Cristina Laranjeiro (2016) vai insistir na seguinte questão, muito associada à discussão que Lopes fez ainda no prelúdio da independência, a quem pertence o Estado-Nação? Ou, mais simplesmente, como se identificará o Estado Guineense? Que elite vai governar? A discussão sobre Estado-Nação e suas várias interpretações, feitas por Carlos Lopes (1988), Catarina Laranjeiro (2016) e Artemisa Monteiro (2019), deixa/coloca/plasma as fragilidades da criação e concessão da nação de Amílcar Cabral.

Ao se analisar, hoje, a realidade social e cultural guineense, no atual contexto da globalização em que até mesmo as identidades já não são como dantes, radicalmente fixas, ainda há grupos étnicos que praticamente não compartilham em comum, mesmo o crioulo, pois apenas 46% de toda a população é que o utiliza no seu dia-a-dia (INEC, 2019).

Seguindo o mesmo raciocínio, a historiadora Artemisa Monteiro questiona o seguinte:

“Mas cabe perguntar: na época, quem dos distintos grupos étnicos tinha a aguçada sensibilidade política para compreender o que seria uma nação? E, ainda, quem se reconhecia nessa identidade estratégica atribuída a uma reivindicação coletiva, o de ser Bissau-Guineense? Como seria possível uma nação se erguer com todos os seus construtos ideológicos homogeneizantes perante mosaico cultural e das divergências culturais existentes na Guiné-Bissau” (Monteiro, 2019, p.241).

Questões conceituais, acreditava o próprio Amílcar Cabral, estavam muito longe da classe rural e povos agrestes da Guiné-Bissau. Seria melhor libertar o território e deixar que os povos se auto-organizassem? Porém, uma vez criada a nação, como já discutimos, a questão de base permanece- que base social de apoio teria esse Estado, ou Nação forjados na luta? (Lopes 1988).

Colocamos esta questão porque foi através de um partido, P.A.I.G.C, com a sua *ideologia*, princípios, ambições e imaginação política que se incumbiu de criar o Estado da Guiné-Bissau, através duma luta armada. Bastaram onze anos para que todos os povos da Guiné-Bissau fossem um só. Como se forja uma nação na luta, uma “nação” que sempre enfrentou a colonização de forma separada.

Artemisa Monteiro (2019), ao criticar o PAIGC, na sua retórica de unidade nacional, pergunta o seguinte:

“Diante desse cenário, cabe questionar: será que a consciência nacional, fundamentada para a viabilização da luta de libertação nacional e acentuada num forte carácter cultural unitário, teve suas bases sólidas durante todo o processo de luta armada contra o colonialismo? (Monteiro, 2019, p.250)

Talvez um dos erros de Amílcar Cabral fosse o fato de ter tratado o sentimento da pertença à nação étnica como superável pela lógica e dinâmica do Estado-Nação. Por vezes, desferia fortes e duras críticas aos combatentes que tinham um comportamento, viés social e cultural étnico dentro do PAIGC (Monteiro. 2019). Aqui, fica evidente a dificuldade de Amílcar Cabral em compreender e encontrar mecanismos de se fazer propriamente um Estado-Nação pois, caberia perguntar- será nação ou etnia o problema? De qualquer forma, a partir da discussão recente de Artemisa Monteiro (2019), fica evidente que o PAIGC não tratou com seriedade a questão étnica, o que fez foi rechaçá-

la, apenas. Defendia que, no fim da guerra, todos os grupos e classes seriam portadoras da história (Cabral 1974, p.29-30).

“O problema étnico na Guiné-Bissau, e na África em geral deve estar no centro de qualquer preocupação” (Lopes, 1988, p.36)

Se nos anos 70, 80 e até 2000, a Guiné-Bissau gozava ainda de ser um país especial, onde as contradições de cariz étnico não colocaram em causa toda a conquista da luta, seria, por algum motivo, alguns países como Angola e Moçambique, enfrentaram logo cedo esse dilema, o fato é que a Guiné-Bissau vem agora, somente, nos últimos tempos, principalmente depois de guerra civil de 1998, ter uma onda de crises cíclicas, de natureza e viés étnico, ligada à disputa pelo poder (entrevista a Domingos S. Pereira, 2020)

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO (que/quais base social do apoio sustentaria o novo estado?)

“O carácter transclassista do PAIGC não pôde permitir uma clarificação ideológica indispensável para a construção de um Estado de tipo diferente. Mas a grande questão continua a ser esta: o Estado da Guiné-Bissau, na sua conceção, edifica-se com que base social de apoio?” (Lopes, 1988, p.41)

Nos países africanos, os debates sobre o Estado são complexos, na medida em que acabam sempre por levantar um conjunto de visões e perceções, uns mais moderados e outros mais radicais, tendo em consideração a forma como se deu o processo de formação dos Estados no continente e a própria organização dos Estados pós-independência. Para Lopes, (2020) pode-se ter iniciado com a própria contradição dentro da O.U.A, entre os “radicais de Casa Blanca” e os “moderados de Monróvia”¹⁷. A ideia de Fronteiras artificiais, povos, línguas, tradições, territórios e suas antigas configurações, não foram propriamente retomadas após a independência da maioria dos países, quando as foram, aconteceu de forma complexa¹⁸. Pós-independência plasma, quão a formação do novo estado era o principal *tendão de Aquiles para África*, a lógica da disputa do poder e

¹⁷ Ver “História geral de África. vol.VII. África desde século 1935”, Org. Ali Mazrui e CristopheWondji, Unesco, Brasília, 2010, pp.874-875

¹⁸ A questão de região de Casamança por exemplo, que passou a reivindicar a sua autonomia após França ter concedido a independência para Senegal, os separatistas de MFDC, vizinha de Guiné-Bissau, contestam até data presente a sua autonomia com a justificava de que não são parte de Senegal. Estes problemas territoriais e reivindicação podem ser vistos também em Angola, com a questão de Cabinda e província de Sara ocidental, no reino de Marrocos.

instrumentalização étnica começa por se revelar e tomar corpo muito rapidamente com a proclamação das independências, confrontando/afrontando assim a ideia do “estado-nação” (Lopes, 1988), (Ki-Zerbo, 2007), (Lopes, 2020).

Com o fim da guerra, ficou evidente que o desafio passava a ser formação duma identidade nacional, muito dificultada pela *eticização* da política (Monteiro, 2019).

“A confluência de interesses étnicos que permitiu o nacionalismo moderno e a luta armada desfez-se com a independência política e redobra o vigor da identidade étnica com as suas relações de parentescos, veiculando uma segunda concepção de poder assente na etnicidade. “(Lopes, 1988, p.56)

OS PRIMEIROS SINAIS DA CRISE DO NOVO ESTADO E GOLPE DO ESTADO DE 1980 (RUPTURA GUINÉ-BISSAU VS CABO-VERDE)

O P.A.I.G.C afirmou-se enquanto partido-Estado no pós-independência, na lógica do partido como aparelho ideológico (conceção leninista), desde logo, era dentro do P.A.I.G.C que eram tomadas medidas e posições sobre o país, dessa forma, era expectável que apenas dentro deste se poderiam verificar sintomas com relação ao novo estado. Crise no PAIGC significava crise do Estado.

“...as contradições internas do partido, que darão origem às confrontações abertas após o II Congresso, realizado em 1977. O golpe de Estado do 14 de novembro não seria- nesta óptica- senão uma manifestação de maior dimensão das contradições há muito acumuladas. A situação tornou-se explosiva em 1980, porque a crise económica vivida não permitia esconder mais os fracassos de uma acção governativa ziguezagueante. (Lopes, 1988, p.39.40)

Compreender as crises pós-independência na Guiné-Bissau, para Fafali Koudawo (2001) leva a que seja importante compreender determinados eventos específicos¹⁹.

¹⁹Nomeadamente congresso de *Boé*, assassinato de primeiro-ministro Francisco Mendes (Tchico Té), primeiro dos vários assassinatos no pós-independência, golpe de estado contra Luís Cabral a 14 de Novembro de 1980 e, por fim, episódio dos fuzilamentos de 17 de Outubro de 1986 decidido pelo Conselho do Estado, liderado por Nino Vieira. Razão pela qual, no conflito civil e militar de 07/06/1998, a maioria *balanta* vai se mobilizar junto do general Ansumane Mané para combater aquele que consideram inimigo dos *balantas*. Um dos oficiais de exército, Capitão Tcham, afirmou aderir guerra de 1998 sem buscar

O assassinato de Amílcar Cabral, claramente, deixou um vazio de poder e liderança no seio do P.A.I.G.C, o que fez com que durante o Congresso de Boé, fosse necessário que se elegesse uma nova direção do partido (Silva, 2010). Entre os grupos de Nino Vieira e Luís Cabral, de acordo com o sociólogo Carlos Vaz, já havia uma crispação, o que levou a que o congresso entendesse que era necessário indicar alguém que fosse neutro, em relação às duas candidaturas (Fernandes, 1994, p32). Foi assim que se optou por Aristides Pereira como secretário-geral do partido (Koudawo, 2001). Assim, a direção deste passou a ficar na cidade da Praia (Cabo Verde), o que para muitos dirigentes em Bissau, não era correto e seria uma das justificativas para o golpe contra ala cabo-verdiana de PAIGC (Lopes 1988, p.48-49).

Para Koudawuo (2001), um conjunto de crise no seio dos libertadores, conduziria a que Luís Cabral fosse deposto, através dum golpe militar liderado por Nino Vieira e os seus apoiantes, nomeadamente Iafai Camara, Pedro Ramos, Paulo Correia, Ansumane Mané dentre outros²⁰.

As contradições referidas pelo professor Carlos Lopes, no seio do PAIGC, no pós-independência, prendiam-se muito mais com a questão dos protagonismos, mais tarde, a questão identitária, guineenses nativos *vsburmedjus*²¹ (cabo-verdianos). Criou-se então

conhecer a razão da guerra, mas porque tinha que vingar aquilo que tinha sofrido no caso 17 de Outubro (onde ficou com um braço amputado).

Entrevista disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=PB-9OHddQnE&t=1189s>

²⁰Iafai Camara', para Carlos Vaz, é o artífice de golpe contra Luis Cabral, ex ministro das Forças Armadas muito fiel ao presidente Nino. Paulo Correia, da etnia *balanta*, um dos comandantes que se destacou durante a guerra contra Portugal, também aliado do presidente Nino, esteve no centro de golpe de 1980, embora acabara fuzilado no caso de 17 de Outubro tendo sido acusado tentar um golpe de estado contra Nino Vieira de cariz étnico. Pedro Ramos. Ansumane Mané, de origem gambiana, destacou-se na guerra de libertação nacional ao lado de Nino Vieira, mais tarde seu chefe de exército, mas, após abertura política e democrática quase nas vésperas da segunda eleição, em 1998, vai liderar um grupo de militares que vai derrubar o presidente Nino Vieira que o acusa de tráfico de armas para os rebeldes de Casamance. Por conta da alegada acusação, a ANP abriu um inquérito para apurar o assunto, mas, os homens de Ansumane Mane se insurgiram no dia 07/06/1998 atacando a guarda presidencial de Nino Vieira, dando início da guerra que durou quase um ano.

²¹ Para Koudawuo (2001) a questão dos *burmedjus*, referência que se faz aos cabo-verdianos, já constituía problema mesmo quando Cabral dirigia o PAIGC, voltará a castigar o PAIGC no quadro da independência, tanto que serviu de base/pretexto para o golpe de 1980. Assente na ideia de que havia um excesso de caboverdianização do PAIGC e, conseqüentemente, do aparelho do estado.

um sentimento do antecabo-verdiano (Koudawo, 2001), que foi coroado com o golpe contra o presidente Luís Cabral, tendo este, mais tarde, sido exilado, primeiro em Cuba, depois em Lisboa, onde faleceu em 2016.

Tanto para Lopes (1988), como para Koudawo, (2001), na impossibilidade da direcção do PAIGC, sob liderança de Aristides Pereira, apaziguar a tensão entre os libertadores, pela resistência do grupo de Nino Vieira, a ala cabo-verdiana entendeu que, não fazia mais sentido manter a mesma direcção política com a direcção comandada pelo Nino Vieira, assim, deu-se rotura, fazendo com que a ala cabo-verdiana fosse criar o PAICV²².

Com o golpe de Estado de 1980 na Guiné-Bissau, para Koudawo (2001), abriu-se um precedente na história da política guineense. O quadro da rotura entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, era apenas o início de um fenómeno novo e incontáveis comportamentos anómalas que passariam a caracterizar o Estado guineense.

Carlos Sangreman sugere que (2019), se analisarmos a forma pela qual se dá sempre a mudança de autoridades na Guiné-Bissau, existe muita ligação com o golpe de 1980. Simboliza o início de conflitos, instabilidades, e incertezas políticas e dos numerosos golpes de Estado que se sucederam.

CAPÍTULO III

DA NATUREZA DOS CONFLITOS E INSTABILIDADE POLÍTICA EM ÁFRICA

Para Carlos Sangreman (2019, p.12) não se deve olhar e analisar os problemas da Guiné-Bissau a partir de uma grelha de análises ocidental, sendo necessário procurar instrumentos de análise desta realidade de modo a não criar equívocos e tomá-los como fatos.

²² “Em 14 de Novembro de 1980, um golpe de Estado derruba Luiz Cabral, o primeiro presidente da República. Este golpe de Estado, que é baptizado *movimento reajustador 14 de Novembro*, é o resultado de uma profunda crise, sendo que várias das suas causas datam do período da luta de independência. Entre os factores mais salientes encontram-se: As lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direcção política do PAIGC; as contradições entre guineenses e cabo-verdiano em relação ao projecto de Estado binacional desejado pelo PAIGC..” (Koudawo, 2001, p.131)

De acordo com Lars Rudebeck (2001) os conflitos na Guiné-Bissau podiam ser comparados aos dos outros países na África Ocidental, como a Serra Leoa e a Libéria e também na África Ocidental. Embora com características diferentes, não deixam de ter suas semelhanças. Na Libéria e Serra Leoa, a luta pelo controle dos recursos, como ouro e diamantes, explica o desgaste do poder e caos em que os dois países acabaram por entrar.

“Na Guiné-Bissau a situação é diferente. Também aí o fator de desencadeamento foi o tráfico ilegal de arma feito aos mais altos níveis do Estado. O produto cobiçado não era ouro ou diamantes, mas armas (...) (Rudebeck, 2001, p.18)

Esta situação de tráfico de armas foi elemento catalisador para o maior conflito que a Guiné-Bissau conheceu após a independência. Uma guerra que durou onze meses, com efeitos ainda à vista. Uma guerra que dividiu ainda mais o país, fragilizou ainda mais o processo de construção do Estado-Nação e, como salienta Sangreman (2019), criou as condições para a fragilização do Estado, do narcotráfico e situação de permanente conflito e instabilidade.

Os pós-independência revelaram, em África, muitas das contradições existentes no seio dos movimentos de libertação nacional que foram até então controladas pelas lideranças nacionalistas durante a guerra, contradições estas conhecidas, que se revelaram logo ao içar da bandeira. Daí que inúmeras teses, artigos, livros e relatórios recorram a fatores diversos para explicar de melhor forma a natureza/fonte dos conflitos e da instabilidade política permanentes no continente africano, como refere Ricardo Oliveira (2009) que encontra, na guerra fria, algumas e fortes razões que explicam essas anomalias no pós-independência e contexto da guerra fria,

“...impacto negativo da guerra fria na África, especialmente no que diz respeito às <<guerras por procuração>> que a União Soviética e os Estados Unidos promoveram e/ou financiaram um pouco por todo o continente. (Oliveira, 2009, p.95)

Este fato remete à discussão que Cristina Laranjeiro (2016) faz sobre o fato dos movimentos de libertação serem uma espécie de legitimadores das ideias e visões do mundo soviético. Joseph Ki-Zerbo (2007) coloca e aponta para uma série de fatores que constituem razões do insucesso da África depois da independência. Para Ki-Zerbo (2007, p.47), após África ter saído de um processo como de luta de libertação nacional,

mergulhou-se num conjunto de crises e processos que tornariam difícil qualquer processo de estabilização e estruturação do Estado. Após os conflitos que assolaram uma boa parte do continente, com o colapso do projeto soviético em 1989, os países ancorados pelo pacto de Varsóvia ficaram praticamente sozinhos, de ponto de vista da ancoragem política e ideológica (Cardoso, 1996, p.17). Este fator vai levar a que os países que recebiam suporte, principalmente do mundo soviético, se vissem permeáveis às novas dinâmicas do mundo ocidental, nomeadamente, às teorias econométricas de Washington, estabelecidas no plano de Brettonwood, enclausurados nos chamados pacotes/programas de Ajustamento Estrutural (Ki-zerbo, 2007, p54).

Joseph Ki-Zerbo (2007) entende que este conjunto de realidades e situações, de África ter que lidar com vários processos num curto espaço de tempo, explica a razão da dificuldade que o continente encontrou em primeiros momentos para se consolidar. Carlos Lopes (2020) aponta fatores históricos, culturais e modernos como principal fator de instabilidade política e governativa em África. A forma como a colonização impôs e introduziu várias dinâmicas no continente, como a divisão das fronteiras, introdução de lógicas e dinâmicas do poder, vai estar muito na base/origem de vários conflitos em África nos pós-independência. (Lopes, 2020, p.28).

Para Ricardo Soares de Oliveira (2009), um conjunto de visões e formas interpretativas do conflito e permanente instabilidade no continente africano, acabou por criar aquilo que ele considera de visões facciosas da África,

“As origens e carácter dos conflitos em África que assombram a África nos últimos vinte anos são temas complexos e até facciosos as explicações académicas vão desde “barbarismo” até à “racionalidade” económica e criminosa dos atores africanos” (Oliveira, 2009, p.103).

É fato, que não obstante visões tendenciosas sobre as origens ou principais motivações sobre o conflito e instabilidade em África, a realidade é que o continente viveu momentos de grandes tensões e crises políticas nos anos que sucederam a independência na sua totalidade.

Em África, ao sul do *Saara*, foram poucos os países que não viveram e conheceram momentos de tensão após a independência. Para Carlos Lopes (2020), a maioria dos países africanos foram empurrados e, em certos casos, obrigados a adotarem

políticas e narrativas que são contrárias à própria realidade, isto em parte, explica os conflitos em que vários países mergulharam logo depois da independência, como Angola, Moçambique, Somália, República Centro Africana e, mais tarde, países como o Ruanda, Serra Leoa, Costa do Marfim, Mali e Senegal com a questão de Casamança.

Para Oliveira (2009), toda a dinâmica desenvolvida no contexto da guerra fria, criou as condições para um período difícil para o continente africano. Em parte, a entrada de África no concerto das nações, sem uma avaliação criteriosa da sua capacidade política, mas com a cobertura da sua ancoragem ao bloco comunista, fez com que os países africanos fossem admitidos, *de juri*, sem que lhes fossem propriamente consideradas/analizadas a realidade/experiência empírica. (Oliveira, 2009, p.95).

Ainda no contexto da política económica internacional, Oliveira (2009) remete-se à crise petrolífera do início dos anos 70, que teve um impacto enorme em todo o ocidente, logo, imprimiu mais impacto, até drástico, no continente africano. De facto, vários países africanos, nesse período, sem grandes capacidades para superar a crise económica, foram obrigados, de algum modo, a adotar o viés económico liberal e, posteriormente, mudar, por completo, os regimes políticos²³.

“Este facto teve implicações imediatas para os Estados africanos já que estes precisavam de ajuda das instituições financeiras internacionais (IFI) para impedir o seu naufrágio definitivo (Oliveira, 2009, p.97).

A questão étnica, em relação à sua contradição com a lógica do Estado-Nação, vai ser um outro problema a se ter como fator dos conflitos e da instabilidade em África. Aliás, a crise na Somália, no ano de 1992, e posteriormente o genocídio no Ruanda, em 1994, foram rapidamente tidos como problemas de cariz étnico e disputa do poder político, podendo sim dizer-se que se trata de confronto étnico, mas as suas motivações, de acordo com Monteiro (2019) e Lopes (1988, 2020) prendem-se com a lógica da divisão territorial advinda da Conferência de Berlim e do alinhamento do poder colonial a determinados grupos étnicos durante a colonização. De acordo com Carlos Lopes (1999), no livro que serviu de sua tese do doutoramento *Kaabunké*, alguns dos problemas étnicos na África Subsaariana têm que ver com a forma como o poder colonial alterou/mudou a

²³ Vale referir que a Guiné-Bissau ficou independente de Portugal em Setembro de 1973, à crise petrolífera eclodiu em Outubro de 1974. Toda crise económica internacional e mudanças económicas no ocidental acompanhou o nascimento de Guiné-Bissau enquanto estado.

lógica e dinâmica do poder entre os grupos étnicos e, na fase que sucedeu à independência, estas lógicas e dinâmicas foram brutalmente contestadas e rejeçadas pelas populações.

Monteiro (2019), no contexto da Guiné-Bissau, por exemplo, o PAIGC tentou e buscou forjar uma identidade única para os povos da Guiné-Bissau, algo que se revelou insustentável logo após a independência. Cardoso (1999, p.32) vai na mesma linha, ao contextualizar o processo e os caminhos que levaram ao multipartidarismo na Guiné-Bissau, o medo que havia por parte do PAIGC em se abrir, prendia-se exatamente com a exacerbação do discurso com base no fundamento étnico.

CARACTERÍSTICAS E DINÂMICAS DO CONFLITO E DA INSTABILIDADE POLÍTICA

O quadro da instabilidade política guineense, que, para Carlos Lopes (2015), consegue driblar até mesmo as instituições internacionais, tem sido muito difícil e complexo saber que posição se deve tomar em relação aos protagonistas e ao conflito, pois os protagonistas mudam sempre de lugar/posição, num espaço curto de tempo. Joacine Moreira (2015) entende que, à medida que a cultura de *matchundadi(...)* vai tomar e assumir os *modus faciendi* da vida política guineense, isso acaba por agudizar mais o quadro de conflito e da instabilidade política (Moreira, 2015, p.57-58).

As razões para o conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau nunca faltaram/faltam. Fafali Koudawo (2001) explica que todo o processo de transição foi caracterizado por um conjunto de desconfianças e extremar de posições por parte dos protagonistas políticos, o que se prende com um processo advindo da guerra de libertação nacional, mas, principalmente, tudo quanto foi consagrado no quadro de luta de libertação nacional, desmoronou-se com o golpe de Estado de 1980,

“A evolução subsequente ao golpe de Estado de 14 de novembro mostra uma desagregação da herança do período da luta de libertação” (Koudawo, 2001, p.132)

O golpe de Estado de 1980 abriria um precedente na vida política guineense, isto se olharmos para a quantidade de golpes como formas de alterar o poder na Guiné-Bissau. Isto vai de encontro à tese de Joacine Moreira (2015, p.57) quando explica que,

“A fragilização do processo político e democrático consolida-se com as tentativas e as concretizações de golpes de Estado no país, provocando o descrédito das instituições e o caos administrativo” (Moreira, 2015, p.57)

Lars Rudebeck (2001) e Julião Soares Sousa (2012) elegeram a incapacidade de construção de agendas políticas e uma liderança nacional para fazer face aos desafios do país. Para os dois, a morte de Amílcar Cabral, ainda cedo, constitui uma das razões e motivo da Guiné-Bissau não conseguir se endireitar logo após a independência. Uma certa falta de capacidade de liderança política, para Nelson Coutinho (2010, p.17) a qual constitui um dos motivos para que a ala militar passasse a assumir ou intervir nas questões políticas.

As razões étnicas de grupos sociais e culturais guineenses, como aponta Carlos Cardoso (1996), a partir dos assassinatos de altas figuras do Estado Guineense, de maioria *balanta*, mudaria radicalmente a dinâmica da disputa política na Guiné-Bissau²⁴. A unidade nacional que, em outros momentos, serviu de base e retórica do PAIGC, vai fracassar, a aparição do então líder da oposição e depois presidente da República Koumba Yala, justificava-se nitidamente nas razões étnicas e tribais (Cardoso, 1996, Koudawo, 2001). Para o jurista e ativista político Lesmes Monteiro (2020), “é o início do fenómeno do *Balantismo*”.

Toda a dinâmica social, histórica, política e étnica vai despoletar uma constante luta pelo poder (Nóbrega, 2010).

Todo o processo do conflito e da instabilidade na Guiné-Bissau acabou por deixar o país em situação precária, em quase todos os níveis, afigurando-se como um dos países mais pobres e mais corrupto do mundo (PNUD, 2019, ECA, 2019) (IT, 2019). A DEA entende que todo o processo da instabilidade e conflito, que impossibilitam a boa governação, acaba por fragilizar as instituições do Estado e torná-las propensas ao narcotráfico e práticas de crimes organizado. Esta constatação da DEA vai ao encontro da questão levantada por muitos, categorizando a Guiné-Bissau como um “narco

²⁴ Para muitos, Koumba Yala aproveitou-se dos assassinatos de quadros militares e políticos da etnia *balanta* (grupo étnico que ele pertence) como o seu cavalo de batalha e cabo eleitoral. Lesmes Monteiro lembra o fato de Koumba Yala durante os seus comícios dizer sempre que “sangue dos *balantas* não voltariam a se derramar”.

estado”²⁵. Alguns relatórios, teses e comentaristas políticos, conceituaram a Guiné-Bissau como um não-Estado, ou Estado falhado, como afirma Miguel Sousa Tavares na entrevista ao canal de televisão SIC, aquando da posse do presidente Umaro Sissoco Embaló.

O índice de perceção dos Estados frágeis, nos seus sucessivos relatórios, tem evocado a questão da fragilização do Estado pela corrupção e tráfico de droga como fatores de conflito e instabilidade política no país. (SFI, 2015)

Numa outra perspetiva, Forrest (sd, p.186) analisa, a partir da lógica parecida com Hountondji, a complexidade da relação entre campo e cidade, os problemas que se prendem com o *modus faciendi*, dentro do próprio Estado guineense, o difícil cruzamento entre rural e moderno, que também explicam parte dos conflitos e instabilidade política na Guiné-Bissau. A incapacidade e difícil coabitação entre a nação étnica e o *ethos* do Estado moderno.

Para Celisa Carvalho (2014), a tradição dos protagonismos num Estado criado pelos militares faz com que, de forma constante, se procure, através das forças armadas, contestar e alterar o poder político sempre que este não atenda às expectativas da classe castrense. Este fato, para Carvalho (2014, p.17), da insubordinação do poder militar ao poder político é a razão que justifica aquilo a que esta designou de “instabilidade como regra”. Carlos Sangreman et al, (2019, p.17) ao aprofundar ainda a questão do exército e da sua (in) subordinação ao poder político, entende ter que ver, principalmente, com a questão de um certo reconhecimento das forças armadas (promoções), o que seria o principal motivo da instabilidade política no país. Essa insubordinação, o seu agravamento pode ser visto quando os militares decidiram interromper o processo eleitoral em 2012 e passaram a controlar a vida política, económica e social no país. A situação crónica de permanente conflito e instabilidade política descreditaram o país (Sangreman, 2019) e motivaram a retirada dos programas de apoio ao governo no domínio da Ajuda ao Desenvolvimento.

²⁵Alguns relatórios, teses e comentaristas políticos, conceituaram a Guiné-Bissau como um não-estado, ou estado falho, como afirma Miguel Sousa Tavares na entrevista ao canal de televisão SIC, aquando da posse de presidente de Umaro Sissoco Embaló. O fato da DEA ter ido buscado e detido um alto oficial da marinha guineense por tráfico de droga, piorou ainda mais o quadro do país sobre o assunto.

Este conjunto de fenómenos caracterizados como “conflito de baixa intensidade”,²⁶ por Carlos Lopes (2019), e a permanente instabilidade política e sobressaltos, faz da Guiné-Bissau um Estado instável, a todos os níveis e de comportamento imprevisível.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE CASO

CARATERIZAÇÃO DO CONFLITO E DA INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

O Relatório da Voz de Paz, que se encontra em anexo, foi, nos últimos anos, o principal instrumento elaborado para se compreender as raízes do conflito e da instabilidade políticas na Guiné-Bissau. No espírito do documento, ficou plasmado que inúmeros fatores (falta de diálogo político, pobreza, corrupção, herança militar, etc) são fatores que contribuíram para o fracasso do país enquanto Estado. Várias das recomendações da UNIOGBIS alinharam-se junto deste documento no qual estiveram envolvidas todas as classes (civis, políticos, militares, organizações juvenis, plataforma das mulheres, etc) da sociedade guineense. Foi com base neste que também elaboramos algumas das questões para a presente tese.

Cada pergunta colocada aos entrevistados foi pensada e construída a partir da pergunta de partida da dissertação e revisão da literatura (teses, livros, dissertações, artigos, relatórios e documentos correlatos). Tendo analisado o Relatório da Voz de Paz, algumas informações da DEA e outros documentos mencionados, queríamos ter a compreensão e interpretação dos atores sociais e políticos guineenses sobre a questão do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau.

Em relação ao histórico de conflito e todo o quadro de instabilidade política na Guiné-Bissau, os entrevistados, quase todos, remeteram-se logo ao processo de luta armada de

²⁶ Durante uma Conferencia no INEP em Dezembro de 2019, professor Carlos Lopes referiu-se ao conflito na Guiné-Bissau como de “baixa intensidade”. Alegando que não existe propriamente fenómenos de grupos armados e rebeldes que reclamam alguma legitimidade ou, poder, salvo em caso específico de 1998. Na Guiné-Bissau, referia-se Carlos Lopes, não existe raptos das crianças, violações de mulheres, etc., como na Nigéria ou Somália por exemplo. Mas, o nível de instabilidade na Guiné-Bissau consegue produzir efeitos que bloqueia todo o aparelho do estado e merece preocupação da Comunidade Internacional, como ONU. É no quadro de busca de estabilização do país que ONU decidiu a criação de UNIOGBIS (Gabinete integrada da ONU para consolidação da paz na Guiné-Bissau) e CEDEAO tinha enviado a missão de ECOMIB no mesmo sentido. Ambos com mandato a cessar sem que se possa dizer que o país está efetivamente estável, uma vez se continua a espancar e perseguir adversários e ativistas políticos.

libertação nacional como fator inicial e principal de todo o quadro do conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau. Salientaram o fato de que, no país, as sucessivas elites políticas guineenses não privilegiaram como desafio a continuidade do processo de construção da nação. Falta duma “nação” é a expressão que dominou o vocábulo de todos os entrevistados. O fato de o Estado preceder à nação acaba por pesar muito no processo da tentativa pela busca duma possível estabilidade política. As micro-nações e suas manifestações sobrepõem-se muito mais às aspirações do Estado. Pode-se ver essa questão nas falas de alguns dos entrevistados.

É o que Fodé Mané (ex-reitor da Universidade Amílcar Cabral) aponta como um dos fatores principais, embora coloque o processo de abertura democrática como o seu ponto de culminar: “não houve um processo de catarse após a independência, e esse processo vai levar ao golpe de Estado em 1998”. Para Carlos Vaz, todo esse problema de pequenos conflitos e instabilidade política na Guiné-Bissau pode ser vista, também, numa certa óptica, como “...problema da elite política e intelectual dessas pequenas micro-nações guineenses, que não têm nada a ver com a base tradicional étnica, que vão buscar apoio nessas bases étnicas”.

Em relação à abertura do processo democrático na Guiné-Bissau, marcado pela figura de Koumba Yala, para Lesmes Monteiro, é a partir desse momento que se vão iniciar os aproveitamentos das sensibilidades étnicas, circulava com uma garrafa cujo conteúdo líquido dizia ser sangue dos oficiais e militares *balantas* assassinados durante o período do partido único, assim, deixava entender ser esta a razão da sua candidatura. Vingar a morte dos *balantas*.

“...e Koumba Yala, naquela altura, utilizou o fenómeno do *Balantismo*, recorrendo ao assassinato de Paulo Correia, Viriato Pã, Binhangarem Natchanda, no famoso caso de 17 de outubro.” (Lesmes Monteiro)²⁷.

²⁷ Paulo Correia era vice presidente do Conselho de Estado, Viriato Pã era Procurador-Geral da República e Binhangarem Natchando chefe guarda presidencial. Para Francisco Conduto de Pina, Koumba Yala aproveitou-se apenas da popularidade dessas figuras e do fato de se pertencerem a mesma matriz étnica, mas desde a época em que eram estudantes em Lisboa, Koumba Yala sentia-se incomodado com a presença de Viriato Pã, devido o seu porte intelectual, dificilmente Koumba Yala se destacaria com apoio de base étnico na presença dele. Na sua página de facebook, em homenagem ao Koumba Yala, pelo seu falecimento, Geraldo Martins, ex ministro e amigo pessoal de KoumbaYala, disse que Koumba Yala tinha que estranho com Viriato Pã que ele não sabe explicar, no dia em que esse foi processo, Koumba Yala lhe chamou e disse- “eu sabia que isso uma aconteceria”

Domingos S. Pereira dá ênfase a essa questão, afirmando que o fato do Estado Guineense não ter uma clara definição e configuração da sua elite política, faz com que facilmente os discursos de cariz étnico e religioso ganhem o ímpeto. Salienta ainda que a cúpula que assumiu o Estado no pós-independência não tinha preparação necessária para o cargo que exercia. Para este entrevistado, a luta armada de libertação criou uma elite militar, mas não criou uma elite política e muito menos económica.

“Após a independência, a Guiné-Bissau tinha catorze licenciados, havia ministros que assinavam com carimbos os documentos, tinham vermelho para dizer não, amarelo para dizer espera e verde para dizer sim” (Domingos S. Pereira). Era este grupo que tinha o papel da construção do Estado de Guiné-Bissau. Nelvina Barreto vai ainda muito mais além nessa abordagem de procurar explicar todo o processo do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau, argumentando que o todo o quadro que se criou após a luta de libertação nacional permitiu que a sociedade guineense se tornasse não- democrática, ou seja, não são apenas os políticos que têm os problemas, mas é toda a sociedade.

“...a falta da cultura democrática não é só característica da classe política, é toda sociedade guineense que não tem cultura democrática e só isto é que pode, consegue explicar que de fato cada vez que há perturbação que haja sempre violência, que há rotura institucional que uma parte da sociedade esteja de acordo, e é uma parte significativa da sociedade que esteja de acordo com esse *modus operandi*”. (Nelvina Barreto).

Portanto, para os entrevistados, a luta de libertação nacional deixou uma herança política pesada para a sociedade e, sendo assim, a Guiné-Bissau ainda não encontrou uma liderança política capaz de criar uma agenda política sobre a construção de um Estado que seja capaz de esgotar o potencial do conflito e focos de instabilidade. Deram a entender que a Guiné-Bissau pode desaparecer enquanto um Estado, se não se organizar num curto espaço de tempo.

Em relação à questão étnica e fundamentalismo religioso, os entrevistados admitem estes terem assumido uma maior expressão e força atualmente, mas acreditam que tal se explica por falta do desenvolvimento, da educação e presença do Estado na vida dos guineenses, principalmente, nos lugares mais dispersos onde a presença do Estado é

quase nula²⁸. Com efeito, para Carlos Vaz, não se pode falar ainda num Estado de problemas étnicos e religiosos, mas, todavia, deve-se reconhecer que o nível de instrumentalização étnico e religioso tem subido cada vez mais, basta observar-se as últimas eleições na Guiné-Bissau. Os entrevistados alertam no sentido de se potencializar o Estado com mais recursos, de modo a se dissuadirem estas questões.

Sobre a questão dos cruzamentos dos grupos étnicos no mesmo território, o fato de alguns desses grupos reservarem a memória da batalha e lutas étnicas durante período de pequenos reinos como de Kaabu, o caso dos *fulas* e *mandingas*. Para os entrevistados, pode ser levada em consideração, em parte pode dar algumas explicações ao problema, mas, este viés está a se esgotar na medida em que os povos têm se misturado e tem se dado o fenómeno do casamento inter-religioso. Insistem que, se, se conseguir fazer vincar os desafios da fundação do estado guineense através do investimento na educação, estas questões podem ser facilmente superadas. Nelvina Barreto explica que a Guiné-Bissau tem um viés animista muito forte, as questões dos sentimentalismos só podem ser enaltecidas na ausência de políticas concretas do estado que podem desviar esse foco.

“Nós temos um elemento muito importante que é importante frisar na Guiné-Bissau, o elemento animista, o elemento animista é transversal a todos os grupos étnicos ou religioso, e este elemento acaba por ser um elemento unificador porque de alguma forma nós vamos encontrar nessa raiz comum, nessa base comum, também razões para nos explorar para nos vivermos pacificamente”.

Portanto, as primeiras questões que tentam entender são as origens e características ligadas às causas primárias, como a guerra de libertação nacional e pós-independência, demonstrando os entrevistados estar-se perante vários problemas de natureza histórica do processo que levou à fundação do Estado da Guiné-Bissau. Explicaram que as elites

²⁸Nelvina Barreto, quando terminamos a gravação, na conversa, contou-me que durante uma visita que efetuou para zona de fronteira, encontrou crianças e jovens guineenses que iam assistir aulas além fronteiras na zona do Senegal, porque era-lhes mais próximo e de melhor qualidade. Não pode haver dúvida, de que a cultura desses jovens vai passar a ser senegalesa, os valores e por vezes a religião. Ou seja, a ausência de presença do estado guineense fora de capital Bissau, pode explorada não apenas nesse quadro e contexto que colocamos. Mas para o terrorismo e radicalismo islâmico que assola a vizinhança e, também, para outros tipos de crimes organizados.

políticas que assumiram o Estado após a independência, por alguma razão não foram capazes de o organizar a fim de poder cumprir o seu papel primordial.

Em relação às questões que têm que ver com os desdobramentos de vários processos de conflito e de instabilidade política na Guiné-Bissau após a independência, os entrevistados deram-nos a entender o seguinte:

Em relação ao narcotráfico e à fragilidade do Estado, foram categóricos em dizer que, seja o narcotráfico, seja o perfil de um Estado frágil, foram sendo as consequências de vários processos que não conseguiram permitir que o país se organizasse enquanto Estado. Enfatizaram ainda o fato do país ter introduzido várias narrativas sem antes se preparar para o efeito. Assim, por exemplo, como a democracia e o liberalismo foram quase uma imposição, outros processos também o foram. Este conjunto de fatores num Estado que não está propriamente consolidado, acaba por não ter grandes efeitos. Como já exposto, na Guiné-Bissau, ainda está em disputa a quem cabe liderar o país, ainda está em curso a procura pela formação duma elite política. Essa procura tem gerado golpes, assassinatos, etc., e estes são os conflitos que acabam por influenciar a fragilidade do Estado e dar espaço ao narcotráfico.

Para Fodé Mané, é verdade que o narcotráfico hoje constitui maior problema para a Guiné-Bissau, mas lembra que participou em vários trabalhos sobre combate a este, por isso acredita que a comunidade não pode dizer apenas que existe Estado frágil porque há narcotráfico, “é preciso saber o que faz a comunidade internacional sempre que houve golpe na Guiné-Bissau, são às vezes tolerantes com golpistas, vimos o que aconteceu durante a guerra de 1998”.

Nelvina Barreto, por sua vez, argumenta o seguinte:

“...a Guiné-Bissau antes disso infelizmente já tinha o seu conflito, é bom lembrar, é verdade que o fenómeno do narcotráfico veio exacerbar esse potencial conflitual que nós temos e que temos vivido. Porque como eu disse, os conflitos normalmente travam-se entre grupos políticos com diferentes interesses que precisam de recursos, portanto, para poderem sobreviver, para poderem ter mais poder, e o narcotráfico veio fornecer-lhe mais um meio para terem acesso a recurso financeiro tão necessário para sua sobrevivência.”
(Nelvina Barreto)

Para Domingos Simões Pereira, o narcotráfico é sim uma realidade, mas deve ser compreendido como a consequência dos problemas e incapacidade dos atores políticos de organizar o Estado, e não como causa principal dos conflitos e da instabilidade.

“Mais uma vez, os organismos internacionais gostam de atacar as consequências e não prestam atenção às causas. Qual é a causa do narcotráfico na Guiné-Bissau? A causa do narcotráfico na Guiné-Bissau é a fragilidade do Estado, e a fragilidade institucional (...) Portanto, eu penso que, parece, às vezes, dá impressão, que a comunidade internacional diz, porquê há narcotráfico? Porque vocês escolheram fazer o narcotráfico é que vocês ficaram frágeis, e ficaram pobres e ficaram subdesenvolvidos. Não, é ao contrário, é porque nós somos frágeis, subdesenvolvidos que o narcotráfico chegou” (Domingos S. Pereira).

Para o Padre Domingos Cá, a classe militar é que determina o poder na Guiné-Bissau, mais uma vez, estamos perante a questão com que nos deparamos desde a revisão da literatura e agora nas entrevistas, a herança militar ainda tem um peso maior.

“Mas o motivo fundamental da instabilidade política na Guiné-Bissau é a aliança duma certa classe política com os militares. Tornou-se evidente na Guiné-Bissau nestes últimos anos que, quem manda na Guiné não é quem o povo elege, mas quem tem o apoio dos militares.” (Padre Domingos Cá)

Sobre o papel que as mulheres poderiam ter desempenhado no processo de diminuir o conflito e ajudar no processo de encontrar os mecanismos de resolução de conflito na Guiné-Bissau, de acordo com as recomendações da ONU, que persuadiu o Estado guineense sobre a necessidade de incorporar as mulheres guineenses nas principais agendas do país, os nossos entrevistados não se opõem a essa demanda, mas entendem que não é por esse caminho que se vai conseguir ajudar na resolução do conflito e da instabilidade política naquele país.

Para Nelvina Barreto, por exemplo, não há dúvida sobre o papel que a mulher pode desempenhar em quase todo o processo na Guiné-Bissau, mas acontece que, por vezes, toma-se a mulher a partir da sua quantidade e não qualidade.

“Para mim, é mais que evidente que as mulheres são uma parte importantíssima, para já são a maioria da população, constituem a maioria da população, mas não é uma maioria qualificada e é isto que é necessário mudar para que de facto possamos tirar o

maior proveito possível, do potencial e do capital que elas representam”. (Nelvina Barreto)

Zinha Vaz, que coordena a “Plataforma de mulheres facilitadoras no processo de conflito”, entende que as mulheres são ainda, muitas vezes, excluídas, reconhece a dificuldade que ainda existe numa certa resistência para permitir que estas possam fazer parte do processo político. Defende a ideia de que é preciso educar as meninas para que possam ter “melhores condições de diversos acessos” em igualdade com os homens. Na Guiné-Bissau, ainda é forte a cultura e tradição da mulher como ajudante do marido e sua cuidadora, como durante a entrevista colocou Lesmes Monteiro.

Para Domingos S. Pereira, a comunidade internacional faz sempre equívocos quando procura encontrar as soluções para o problema do conflito e da instabilidade política na Guiné-Bissau, reconhecendo que é preciso a participação das mulheres, mas discorda com a metodologia da ONU.

“(…) quando nós vamos escolher a mulher, de fato que mulher é que nós vamos escolher, aquela mulher doméstica, aquela mulher que passa todo tempo em casa, ou aquela mulher instruída que tem os conhecimentos, provavelmente vamos escolher aquela mulher instruída, e quando nós escolhermos aquela mulher instruída, tem os mesmos defeitos que o homem instruído tem, tem as mesmas ambições, tem as mesmas aspirações…”
(Domingos S. Pereira)

Domingos S. Pereira lidera o partido que tem maior representação nos órgãos do partido e no parlamento, mas demonstra que, para resolver o problema, isso não passa necessariamente pela indicação aos cargos apenas, é preciso dar instrução às mulheres. É no acesso à educação e permanência na escola que reside o problema.

Portanto, recomendam uma forte educação das mulheres para que possam participar como agentes e atores no processo de construção democrática e de afirmação da Guiné-Bissau enquanto um Estado que cumpra com as suas aspirações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a discussão e análises que realizamos ao longo deste trabalho permitiu-nos chegar às seguintes conclusões sobre os cenários que caracterizam o conflito e instabilidade

política na Guiné-Bissau. Podem-se dividir estes fatores em dois aspetos principais, dois cenários: um primeiro cenário, histórico (ligado ao processo de luta armada de libertação nacional) e o segundo ligado ao cenário pós-independência e aos seus desdobramentos.

No cenário histórico, ficou evidente que todo o quadro de luta armada de libertação nacional, que foi desenvolvido num quadro de muita violência, não teve tempo de ser tratado após a guerra, com mais escolas, mais educação, etc. Basta recordar que a Guiné-Bissau tinha mais de 90% (FREIRE 2010) da sua população iletrada quando se deu início ao processo de luta armada de libertação nacional. Todo este processo acabou por criar configurações complexas após a luta de libertação nacional. Como frisou um dos entrevistados (Domingos S. Pereira), mesmo com a criação das famosas “escolas piloto”²⁹ criadas pelo PAIGC durante a guerra, não se estavam a formar administradores, gestores, políticos, etc., era, antes, uma escola para atender às necessidades da luta/guerra. Neste caso, acaba por ser sempre necessário ter esta compreensão, não ignorar os dados sobre o país que dizem muito, mas também não se pode ignorar o passado recente da Guiné-Bissau. Há a presença das pessoas que lutaram contra a presença colonial no país ainda na administração do Estado. A única experiência de que se dispõe é de guerra e preparação militar.³⁰ Não têm preparação administrativa, mas alegam ter a legitimidade de luta.

Por outro lado, acaba por ser importante frisar, que vários guineenses, maioritariamente *fula*, fugiram para Portugal e nunca mais regressaram à Guiné-Bissau, por conta da repressão que houve contra os guineenses que, na altura, se alinharam ao poder colonial. O pós-independência foi ainda muito mais violento (para Fodé Mané) do ponto de vista traumático, com fuzilamentos e julgamentos sumários realizados pelo PAIGC.

A história recente da Guiné-Bissau consegue ser vista em cada episódio e processo em que o país se envolveu após a independência.

Já no segundo cenário, com a independência, este prende-se com a não sequência do processo de busca e de tentativa de construção de um Estado-Nação, razão pela qual

²⁹ Escolas Piloto era a escola criada pelo PAIGC durante a luta armada em Guiné Conacri para educação de crianças.

³⁰ Para Domingos S. Pereira, muitos dos antigos combatentes, pertencentes a partido que ele mesmo dirige, acham que o fato de terem se lutado isso lhes garante automaticamente o direito a governação, logo, daí que não conseguem compreender e aceitar as reformas necessárias no país.

as forças vivas, pertencentes às pequenas nações guineenses, se têm apoiado numa certa classe política para atingir o poder, como coloca Carlos Vaz.

Quando a procura pelo poder não respeita as regras assumidas e estabelecidas pelo poder político, isto leva a crer e entender o quanto as instituições do Estado são frágeis e não oferecem as possibilidades de respeito pelas regras do jogo democrático. Haverá sempre golpes, sobressaltos políticos, assassinatos políticos, etc. Antes da Guiné-Bissau ter o histórico de ser o país africano onde nunca houve um governo que tivesse concluído o seu mandato, é preciso tomar esse fato como consequência da não consolidação do Estado e porque se trata de um Estado com as especificidades deste país, forjado no processo de uma guerra, acaba por exigir uma leitura pontual da História da Guiné-Bissau. Ficou evidente a necessidade de maior reflexão e busca de mecanismos para encontrar possíveis saídas para os cenários de conflito e instabilidade política no país.

Nem a orientação de uma economia do mercado, nem a liberalização económica proposta pelo Banco Mundial e muito menos a liberalização política permitiu que a Guiné-Bissau encontrasse a solução para o seu problema. Isto significa, baseando-nos nas análises feitas durante todo o trabalho, que é fundamental a organização do Estado para barrar o foco de conflito e de instabilidade, como foi colocado, por se tratar de um Estado como a Guiné-Bissau o que exige uma inteligência política maior e encontrar uma forma de se conseguir uma nação. Foi a recomendação que ficamos a entender.

Em suma, a Guiné-Bissau está perante um conjunto de fenómenos e situações que os outros países já enfrentaram no passado. De facto, em Angola e Moçambique que, após a independência, mergulharam numa guerra civil os vencedores da guerra estabeleceram-se como as elites que passaram a governar o país. No caso da Guiné-Bissau não existe essa definição clara, embora se reconheça a ancoragem do poder real nas forças armadas, de maioria *Balanta*, onde as alianças políticas vão sempre negociar o poder. Os *Balantas* não são a maioria, em termos populacionais, mas detêm o poder militar que fundou o Estado. Todos estes fatores fraturantes e fragilizantes do Estado tiveram por consequência a falta de um Estado forte e unificador, capaz de sufocar as tendências identitárias étnicas e religiosas por conta da inexistência da nação³¹.

³¹ Durante a sua digressão pelo interior do país, o atual presidente de Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, fez um forte apelo ao voto étnico da população balanta no norte do país, dizendo abertamente,

Este processo que, inicialmente, não foi bem concebido acabou por condicionar os processos que se seguiram, como a introdução da democracia e demais narrativas (liberalismo económico por exemplo).

Como propusemos de início, nós não procuramos dar/oferecer soluções para o cenário de conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau. Era o objetivo, neste trabalho, compreender da melhor forma, as condições históricas, as caracterizações e cenários constituintes do conflito e da instabilidade política neste país e as suas configurações. Estas configurações podem encontradas na inconsistência dos processos e incitativas que visam estabilizar e desenvolver a Guiné-Bissau que são sempre abortadas pelos golpes sazonais no país.

Se na Guiné-Bissau, hoje, apenas 10% da população fala português e menos de 50% fala crioulo (INEC 2020) e a população se divide entre etnias, religiões, etc., pode-se concluir facilmente que é preciso trabalhar para construir o sentimento de nação de modo a finalizar o processo de construção do Estado. Não se pode falar de nação quando os povos que a constituem não partilham/comungam dos seus elementos essenciais. Intelectuais como Lars Rudebeck, Basil Davidson e Carlos Lopes questionavam, nos anos que seguiram à independência, qual o modelo social ou com que base social de apoio se vai fundamentar o novo Estado Guineense. Hoje, ainda que não coloquemos a questão da mesma forma, esta + volta a ser central: como se vai fazer/conseguir a unidade nacional partindo do atual quadro político e social, onde o problema não é igual ao dos anos pós independência. Já não se trata do conflito de interesses entre guineenses nativos e caboverdianos³², mas sim entre os guineenses, nas suas particularidades étnicas e religiosas. Talvez aqui estejamos perante o problema a tratar numa outra tese.

que em 1998 os fulas votaram massivamente a favor do Koumba Yala, por isso este ganhou com a maioria qualificada, pois fulas (sua etnia) e balantas (etnia de Koumba Yala) formam a maioria da população. Considerava o então candidato que era a vez dos balantas fazerem o mesmo, votando nele, fula, como os fulas fizeram votando no Koumba Yala. Recordava ainda que era por esta razão que Nuno Nabian, candidato lançado pelo Koumba Yala, que não passou à segunda volta das presidenciais, o estava a apoiar.

³² Ver FafliKoudawo (2001), Cabo Verde e Guiné-Bissau da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal, Inep, pp.131-132

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amin Samir, (1989). État, nation, ethnie et minorities dans la crise. Quelques aspects de la critique de l'ideologie de la nation et de l'ethnie. In. Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé Príncipe. Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR. Guiné-Bissau, INEP, 1989, p.11-62.

Augel, Joanes (1996), Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios, Bissau, INEP

Augel, Moema (2007), O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau, Rio de Janeiro, Garamond.

Augel, Johannes, Carlos Cardoso (1996), Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios, INEP, Bissau

Banco Mundo (2020), Global Economic Prospect, WorldBankGroup, Washington
Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>

Bourdieu, P. et al (2015), Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia/Pierre Bourdieu, Jean-Cchamboredon, Jean-claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. ISBN 978-85-326-1775-0

Cabral, Amílcar (1974), Guiné-Bissau. Nação Africana forjada na luta, Lisboa, Publicações Nova Aurora

Cabral, Amílcar (1978) Arma da Teoria. Unidade e Luta, Lisboa, Seara Nova Lisboa

Carvalho, Clara (1998), Ritos e Poder e a Recriação da Tradição. Os Régulos Manjacos da Guiné-Bissau, Lisboa, ISCTE, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social.

Cardoso, Carlos (2002), A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau, Centro De Estudos Africanos, Occasional Paper 5.

Cardoso, Carlos (1996), “A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil”, in Augel Johannes, Cardos, Carlos (1996), Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios, INEP, pp.13-39

Carvalho, Apolinário (2015), Política Externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas Relações Internacionais, Diplomacia e Cooperação Internacional, Bissau, INACEP

Cravinho, João (2010), Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo, 2ª Edição, Lisboa, ICS

Dias, Eduardo Costa (2000b), “A Balantização da Guiné-Bissau”, in Público, 16 de dezembro de 2000.

Elias, Norberto (1970), Introdução à Sociologia, Espaço Sociologia, Lisboa Edições 70.

Ferreira, Patrícia Magalhães (2004), “Guinea-Bissau – Between Conflict And Democracy”, African Security Review, 13, 45-56.

Ferreira, Patrícia Magalhães (2014), “Estados Frágeis” em África: A Intervenção Externa nos processos de Construção do Estado (state building) e da Paz (peace building), fevereiro de 2014.

Forrest, Joshua B. (2003), *Lineages of State Fragility. Rural Civil Society in Guinea-Bissau*, Athens, Ohio University Press Et al...

Forrest, Joshua B. (1993). “Autonomia Burocrática, Política Económica e Política num Estado «Suave» – O Caso da Guiné-Bissau Pós-Colonial”, in *Soronda*, 15, pp.57-95.

ECA (2017), Economic Commission for Africa. Disponível em:<https://www.uneca.org/publications/social-development>

FSI (2018) Fragilities States Index, annual report. Disponível em:<https://fragilestatesindex.org/>

FSI (2019) Fragilities State Index, annual report. Disponível em:<https://fragilestatesindex.org/>

Hantington, Samuel, (1994) *A terceira onda: democratização do final do século XX*, São Paulo, Ática.

Handem, Diana Lima (1989), “A história da construção nacional na Guiné-Bissau (a luta de libertação e formação da nação guineense)”, in INEP (1989), *A construção da Nação em África*, Bissau, INEP, pp. 267-280.

Henry, Kissenger (2014), *Reflexão sobre o Carácter das Nações e o Curso da História. A Ordem Mundial*, 4ª edição, Lisboa, D. Quixote

Ibrahim, Index (2020), *Ibrahim African of Governance-Index Report* Disponível em: <file:///C:/Users/z/Downloads/2020-index-report.pdf>

Imbali, Faustino (coord) (1993), *Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*, Bissau, INEP.

Ki-Zerbo, Joseph (2009) *Para quando a África: entrevista com René Holenstein*, tradução Carlos Aboim de Brito- Rio de Janeiro, Pallas

Koudawo, Fafali (2001), *Cabo Verde e Guiné-Bissau, da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau, Coleção Kacu Martel, Série Ciências Sociais, nº14, INEP

Karl, Marx (2017), O Capital, Tradução a partir do francês por Joaquim Pinto de Andrade, Ana Maria Barrada, Vera Azancot e Armando Cerqueira, Lisboa, Ed. 70

Lopes, CARLOS (1988), Por uma leitura Sociológica de Guiné-Bissau, Lisboa-Bissau, Edições E.S nº2

Lopes, Carlos (1982), Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau, Lisboa, Edições 70 – Biblioteca de Estudos Africanos.

Lopes, Carlos (2020), África em Transformação. Desenvolvimento Económico em Tempo de Dúvida, Lisboa, Ed.Tinta de China

Laranjeiro, Catarina, Quantas Nações Capazes de Imaginar?, comunicação e sociedade, vol.29, 2016, pp.79-92 (consult. 16 jul.2020)

Moreira, Joacine (2015), MOREIRA, JoacineElyseesKatar Tavares - A "cultura dimatchundadi" na Guiné-Bissau: género, violências e instabilidade política, Lisboa, ISCTE-IUL, Consult. (10.09.2020) Disponível:<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/17067?mode=full>

MONTEIRO, C Artemisa (2019), Discurso Nacional e Etnicidade em África. O caso da Guiné-Bissau (1959-1994), Curitiba, Appris

Nóbrega, Álvaro (2003), A Luta Pelo Poder Na Guiné-Bissau, Universidade Técnica De Lisboa/ Instituto Superior De Ciências Sociais e Políticas.

Pélissier, René (1989), Naissance de la Guiné – Portugais et Africains en Sénégal, Orgeval

PNUD (2019), Relatório de Desenvolvimento Humano, Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI, New York. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf

Rudebeck, Lars (2001), Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000 – Um Estudo de Democratização Difícil, The Nordic Africa Institute.

Rudebeck, Lars (1974), Guinea-Bissau. A Study of Political Mobilization, Uppsala, SIASU

Santos, Celisa. Guiné-Bissau: Instabilidade como regra: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 2014. Dissertação de mestrado (...)

Security Council (2019), Resolution 25/12 (2020) Adopted by the Security Council at its 8736th meeting, on 28 February 2020, ONU

Semedo, Odete (2011), Guiné-Bissau, história, culturas, sociedades e literaturas, Belo Horizonte, Mandiyala

UNIOGBIS (2018), Direitos Humanos e Eleições. Defenda os Direitos Humanos, Nações Unidas. Disponível: <http://www.uniogbis.unmission.org/>

Voz di Paz (2010), Guiné-Bissau – As Causas Profundas de Conflitos: a voz do povo, Guiné-Bissau, Voz di Paz e Interpeace.

Voz di Paz (2010), Guiné-Bissau – As Causas Profundas de Conflitos: a voz do povo, Guiné-Bissau, Voz di Paz e Interpeace.

Voz di Paz (2010), Mulher e Paz – Um tributo à Mulher Guineense, ECO da Voz di Paz – Boletim Informativo, Abril, Número 2, Ano 1.

BIOGUES E SITES:

Cambridge University Press:

<https://www.cambridge.org/core/journals/africa/article/from-peoples-struggle-to-this-war-of-today-entanglements-of-peace-and-conflict-in->

ONU NEWS: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1705651>

RFI. Disponível: <https://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20190903-maior-apreensao-de-droga-de-sempre-na-guine-bissau>

DOKA INTERNACIONAL: <https://www.facebook.com/groups/468013543226985/>

Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau: <http://www.inep-bissau.org>

Página Oficial do presidente da República Disponível em: <https://www.facebook.com/Embalo-umaro-sissoco-Officiel-102210858369259>

JN: Disponível: <https://www.jn.pt/mundo/palops/trafico-de-droga-controla-guine-bissau-revelam-documentos-do-wikileaks--1743099.html>

Didinho Disponível em:

<http://www.didinho.org/Arquivo/GUINEBISSAU37ANOSDEUMESTADOFALHADO.htm>

Banco Mundial Disponível:

<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>

FSI Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/>

DW: <https://www.dw.com/pt-002/apesar-de-tudo-a-guin%C3%A9-bissau-n%C3%A3o-%C3%A9-um-estado-falhado-afirma-analista-alem%C3%A3o/a-19118096>

DEA (Unite State Drug Enforcement Admnistration) : <https://www.dea.gov/press-releases/2013/04/18/antonio-indjai-chief-guinea-bissau-armed-forces-charged-conspiring-sell>

Jornal O Democrata: Disponível: <https://www.odemocratagb.com/>

ONU News: Disponível: <https://observador.pt/seccao/mundo/guine-bissau/>

Entrevistas e Documentários online

Entrevista de Francisco José Fadul (ex primeiro ministro). Disponível em:

<https://vimeo.com/4508703>

Entrevista de João Bernardo Vieira, Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=5j5rGmGXk2w&t=1265s>

Doka Internaciona, entrevista ao Dr Tcham na Man “Razão de fuzilamento de caso 17 de Outubro”, Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=PB-9OHddQnE&t=723s>

Guerra de 7 de Junho de 1998- “Revolta dos mais velhos” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bQs4UUeuV5Y&t=1236s>

Guerra de Bissau. Um Documentário de Samba Bari. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6HFhFmbIJNQ>

Assassinato do General Ansumane Mané: Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=QqOSyx6D6yQ>

Assassinato do presidente Nino Vieira. Disponível em:
<http://videos.sapo.pt/ovcUWWlziuYvBblYJrB9>

Restos Mortais de Nino Vieira trasladados para Fortaleza de Amura. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=whFRYN5GxQg>

ANEXOS

Guião de entrevista

- 1.) Prezado(a), como é que analisa e justifica o atual quadro político guineense de modo geral?
- 2.) Qual é a interpretação que faz de todo o histórico e fenómeno do conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau?
- 3.) No seu entender, qual seria o principal motivo para o permanente conflito e instabilidade política na Guiné-Bissau?
- 4.) Acredita que a questão do *tribalismo* e fundamentação religiosa podem explicar os conflitos e instabilidade política na Guiné-Bissau?
- 5.) Concorda que o fato da Guiné-Bissau fazer parte duma zona historicamente marcada pelo conflito, e dos povos que se cruzaram no atual território terem vindo de diversos lugares com tradição de conflito, pode explicar a herança do atual contexto dos conflitos e instabilidade na Guiné-Bissau?
- 6.) No seu entender, qual é a relação entre a luta armada de libertação nacional e os sucessivos quadros de instabilidade política?
- 7.) Muito se acredita que é fundamental permitir que as mulheres tentem encontrar uma forma de ajudar na resolução de conflito, uma vez que o excesso de machismo (*matchundadi*) faz parte da instabilidade política na Guiné-Bissau e as mulheres acabam por sofrer mais com os conflitos. Esta é a visão também da ONU. Qual seria exatamente o papel das mulheres nesse desafio, de diminuir o conflito e instabilidade?

- 8.) Para o departamento de combate ao tráfico de droga dos E.U.A (DEA), a crise política na Guiné-Bissau explica-se pelo de facto da Guiné-Bissau se ter transformado num Narco-Estado. Qual o comentário que faz a esta afirmação?
- 9.) Sucessivos relatórios como o da VOZ DE PAZ concluíram que o conflito e instabilidade na Guiné-Bissau estão intimamente ligados às instituições frágeis e à baixa cultura democrática. Qual é o seu comentário a respeito desta questão?
- 10.) Qual comentário gostaria de fazer além das questões que lhe foram colocadas (livremente)?

Quadro A1. INFORMAÇÃO SOBRE OS ENTREVISTADOS

	Idade compreendida	Descrição	Local de entrevista	Data e Duração da entrevista
Lesmes Monteiro	30-40	Ativista político, ex Porta-Voz do MCCI e funcionário de Plan Internacional	Lisboa, ISCTE-IUL	35mn:38 02/07/2020
Nelvina Barreto	40-50	Ativista social e consultora independente, ex-ministra de Agricultura (2019)	Lisboa, esplanada do Rossio	33mn.22 16/07/2020
Domingos Simões Pereira	50-60	Ex-secretário executivo de CPLP, ex PM de Guiné-Bissau e atualmente deputado e presidente de PAIGC	Lisboa, sua residência	59mn:22 26/08/2020
Padre Domingos Cá	50-60	Bispo e presidente de comissão de	Via zoom	28mn:12 18/08/2020

Reconciliação Nacional				
Zinha Vaz	50-60	Presidente de Plataforma de mulheres facilitadoras no diálogo e resolução de conflito	Via messenger	32mn:9 15/06/2020
Luis Peti	30-40	Analista político, professor e Consultor	Via messenger	28mn:16 (19/07/2020)
Carlos Vaz	50-60	Escritor, sociólogo, dramaturgo e ex conselheiro do PM. Domingos S Pereira	ISCTE-IUL	1h:49mn 31/08/2020
Fodé Mané	50-60	Professor, ex DG de educação, consultor e ex Diretor de faculdade de Direito de Bissau e ex Reitor da Universidade Amílcar Cabral	Via messenger	58mn:12 (21/08/2020)

ENTREVISTAS

JUSTIFICATIVA da escolha dos entrevistados

Na verdade, a nossa questão de investigação pesou muito no processo da elaboração da metodologia do nosso trabalho e, conseqüentemente, na seleção dos nossos entrevistados. Admitimos, desde o início, que a seleção precisava de ser rigorosa e equilibrada, em termos de perfis. Optamos por dividi-los em três núcleos, que são: núcleo dos políticos, núcleo dos académicos e núcleo da sociedade civil. Tendo estabelecido estas questões, definimos, ecleticamente, os nossos entrevistados e entrevistadas. Em relação aos quinze escolhidos, precisamos afirmar que corresponderam às nossas expectativas e desafios. A

seguir, pode-se, com a devida observação, acompanhar as razões que consubstanciaram a escolha de cada um(a) do(as) entrevistados (as).

Lesmes Monteiro:

Lesmes Mutna Monteiro foi o primeiro entrevistado. Licenciado pela Faculdade de Direito de Bissau e professor no Liceu... Membro do grupo musical do género hip pop que agitou Bissau nos anos 2008 a 2010, com músicas de intervenção, criticava a situação política, social e económica no país. Em 2009, publicou a música “baquim qui culpado “quem é culpado”? Visto que a Guiné-Bissau se encontrava numa situação de profunda crise política e social, o ano letivo tinha sido anulado, o parlamento dissolvido e, posteriormente, o presidente KoumbaYala destituído por conta de um golpe de Estado. Porém, é em 2015 que Lesmes Monteiro consolida a sua projeção nacional ao liderar, como Porta-Voz dos MCCI (Movimento dos Cidadão Conscientes e Inconformados) que contestou fortemente a política do então presidente José Mário Vaz, realizando manifestações de rua e protestos em frente da Assembleia Nacional Popular e da Presidência da República. Lesmes Monteiro passou a ser uma voz ativa sobre a política nacional e, diz-se ser por conta do seu ativismo, que foi agredido fisicamente em 2017, na sua residência causando-lhe ferimentos. Por estas razões, entendi que, num país onde poucos jovens têm coragem de se rebelar ou revoltar contra qualquer ato do governo, a sua participação neste trabalho justifica-se por conta da sua trajetória e do seu envolvimento e militância nos últimos anos na vida política da Guiné-Bissau

Fodé Mané:

Conceituado e respeitado professor de UAC, onde foi Reitor. Ex diretor Geral do ensino e também Diretor da faculdade de Direito de Bissau, Fode Mane tem trabalho em vários domínios no que toca aos projetos sociais e políticos da Guiné-Bissau, fazendo consultórios, proferindo palestras e seminários com base no conhecimento que detém sobre a agenda do país.

Padre Domingos Cá:

Bispo de Bissau, o padre Domingos Cá, tem uma postura reservada, aberto ao diálogo e, assume, a partir da Comissão da Reconciliação Nacional o papel ou cargo do seu presidente. Aguarda-se que a comissão de reconciliação nacional agora presidida por este, na ausência do falecido padre Domingos Quade, venha congregar a sociedade guineense à volta do diálogo para a reconciliação nacional.

Nelvina Barreto:

Ativista social, consultora da FNUAP, ex ministra da Agricultura da X legislatura. Nelvina participa ativamente nos projetos sociais e pressões políticas, como ativista social e membro de Miguelan (mindjer de Guiné lanta). Entendi que numa sociedade onde ainda tem faltado muito a participação das mulheres na política nacional e tomada de decisões, fez todo o sentido ter a Dra. Nelvina Barreto como uma das nossas entrevistadas. É uma mais-valia.

Domingos Simões Pereira:

Deputado da nação, ex ministro das obras públicas, ex secretário executivo da CPLP, ex primeiro ministro da Guiné-Bissau (2014-2015), candidato derrotado na última eleição presidencial na Guiné-Bissau e presidente do PAIGC, o percurso político do engenheiro Domingos Simões Pereira justifica a sua participação nesta investigação/dissertação de mestrado. Sendo alguém que conhece as agendas internas do país, os principais dossiers e os processos que tocam directamente o país, acreditamos, eu e a minha orientadora consideramos que a sua participação neste trabalho atribuiria maior riqueza à nossa investigação.

Luís Petit:

Luis Peti é um jurista formado pela Faculdade de Direito de Bissau, analista e comentador de assuntos políticos, funcionário do ministério da Justiça, atua na casa dos Direitos de Bissau. Conhecedor dos dossiers sobre direitos humanos na Guiné-Bissau e toda a questão do acesso à justiça.

Carlos Vaz:

Cientista social e um académico reconhecido na sociedade guineense, Carlos Vaz pertence ao grupo dos primeiros quadros guineenses preparados no pós-independência para acudir aos desafios da Guiné-Bissau, é escritor e ensaísta, ator. Compreendemos que, sendo uma figura que esteve nas discussões mais cadentes sobre a Guiné-Bissau desde a independência, ter sido preso pela PIDE ainda criança, desvinculando-se do governo da IX legislatura, liderado pelo eng^o Domingos S. Pereira, por razões de diferença de ideias e opinião e atualmente doutorando no ISCTE, o Dr Carlos Vaz vem enriquecer o trabalho do ponto de vista das informações e recursos para este, como alguém que, como já referimos, acompanhou todo o processo de construção do Estado Guineense. De notar ainda que Carlos Vaz integrou a comissão nacional de oficialização da língua crioulo na Guiné-Bissau

Zinha Vaz:

Zinha Vaz é uma das mulheres que dispensa grandes apresentações na sociedade guineense. Ex combatente da libertação nacional, desvinculou-se ainda na abertura política, em 1994, criando UPG, foi ministra da justiça durante o governo de PRS em 2002, que foi derrubado pelo golpe militar de 2003. Zinha Vaz atualmente lidera a “Plataforma das Mulheres Facilitadoras no processo de diálogo e mediação da crise política na Guiné-Bissau”. Entendemos que todo o seu percurso e função atual nos obriga a tê-la como uma das nossas interlocutoras, sendo mulher e um viés que o nosso trabalho tem como uma das perspectivas do conflito a questão da mulher. Zinha foi nomeadamente uma semana como Embaixatriz da Guiné-Bissau em Angola.